Porto Alegre/RS/Brasil
Ano V Número 59
Janeiro/Fevereiro de 2003

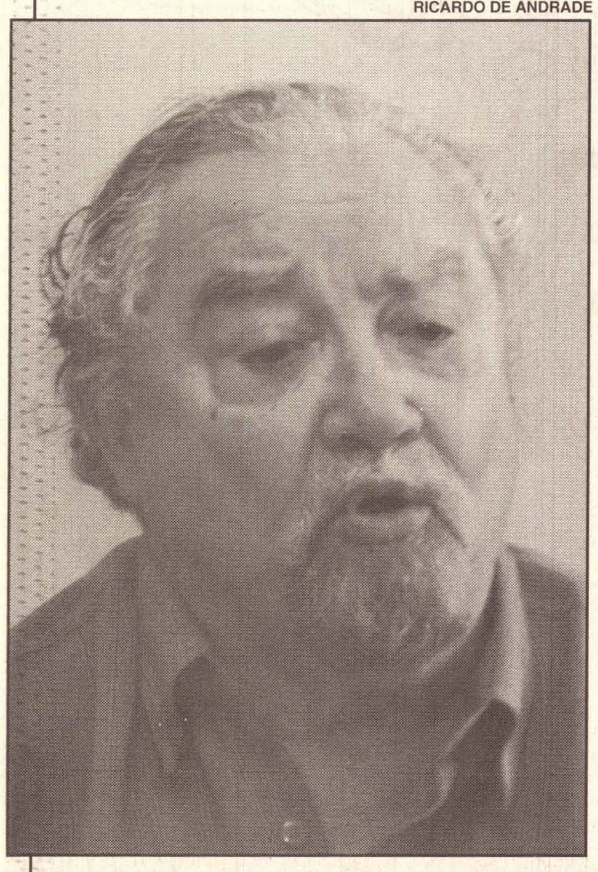
Jornal da Universidade

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

IMPRESSO ESPECIAL
Nº 1407/02-DR/RS
UFRGS
CORREIOS

IMPRESSO

RICARDO DE ANDRADE

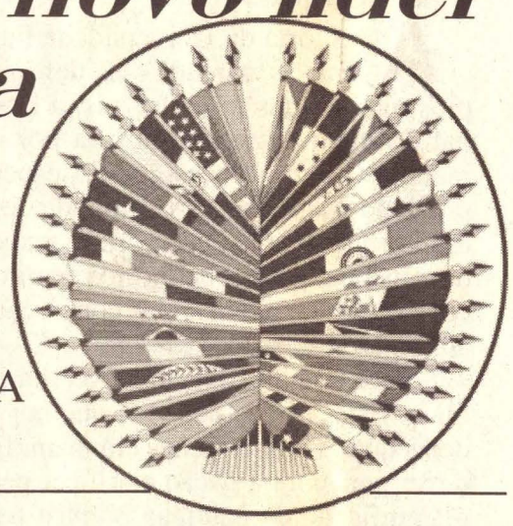


"Temos que mudar radicalmente nossa visão de ensino"

Ex-presidente da SBPC, o médico Sérgio Ferreira critica métodos praticados no Brasil e afirma que tudo começa por "ensinar a aprender"

PÁGINAS 6 e 7

Está surgindo um novo líder na América Latina



Processo eleitoral democrático que elegeu o novo presidente e as constantes manifestações populares de apoio e esperança, dão a Lula cacife suficiente para iniciar uma inédita autonomia política da região em relação aos EUA

PÁGINA 5

Novo ministério abre o leque e busca alcançar o consenso

Ao nomear ministros de outros partidos e independentes, Lula bate de frente com radicais do PT mas amplia apoio social

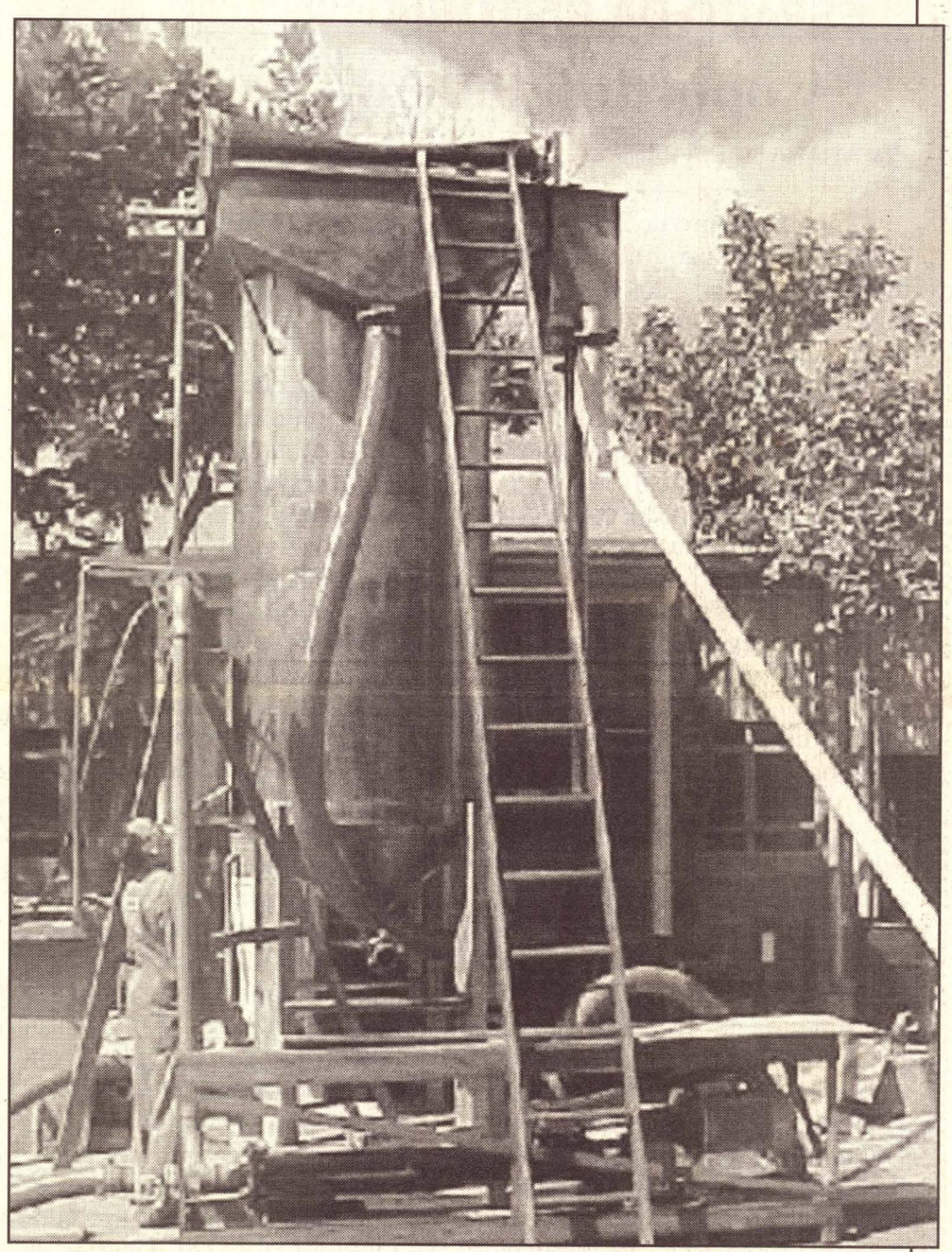
PÁGINA 4

RICARDO DE ANDRADE

Em discussão novas formas para o vestibular

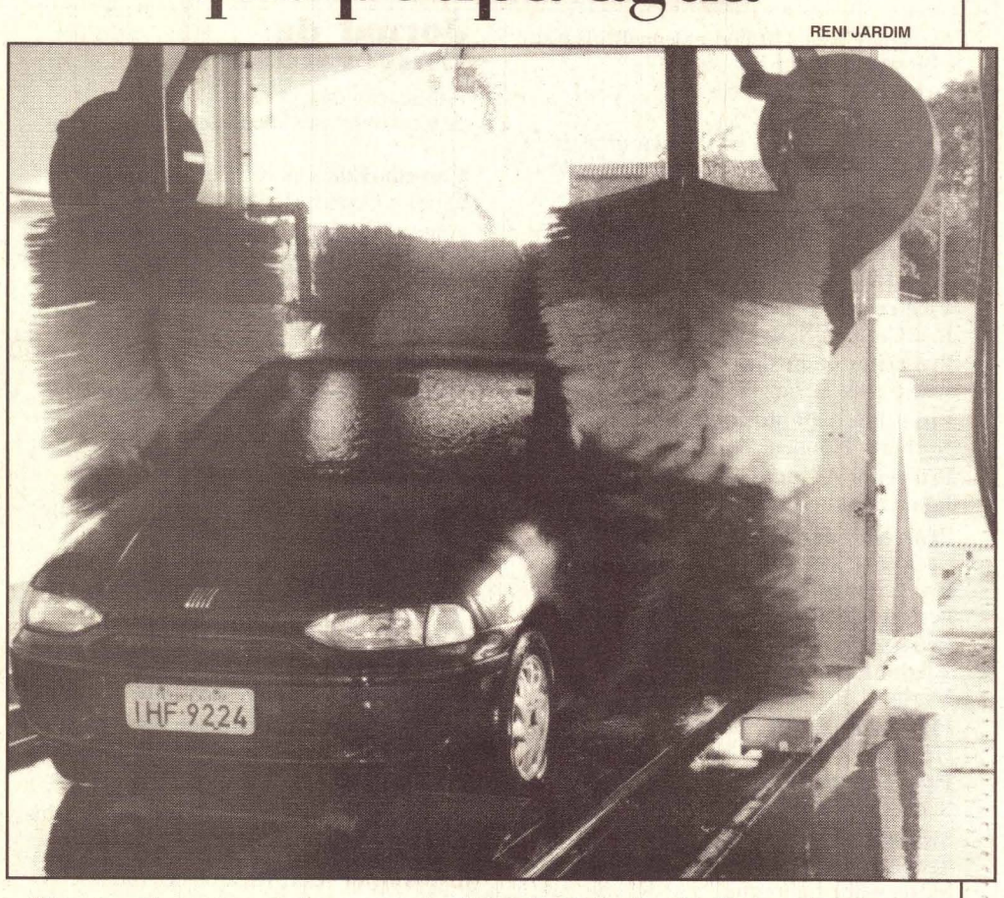
Está aberta a discussão sobre alternativas de ingresso à universidade para o crescente número de jovens que a procuram

PÁGINA 3



Equipe da UFRGS desenvolve equipamento que poupa água

RENI JARDIM



Um professor e dois engenheiros da Escola de Engenharia de Minas criam processo de tratamento e reciclagem da água usada na lavagem de veículos. O invento está sendo patenteado e já começa a ser utilizado **PÁGINA 9**

OPINIÃO

Um nome na lista

A discussão é antiga mas está sempre presente: encontrar uma saída para a questão do ingresso na Universidade. A cada ano, milhares de jovens disputam uma vaga na universidade pública, tendo que superar no mínimo dez concorrentes, como é o caso dos que este ano fizeram o vestibular unificado da UFRGS, no qual havia 44.482 concorrentes para 4.180 vagas. Leia matéria na página 3.

Nas páginas 4, o Jornal da Universidade lança um olhar sobre o centro do poder no Brasil, analisando o ministério do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em busca de apoio social, Lula colocou na mesma lista ex-guerilheiros, latifundiários e políticos de centro-direita. E, na página 5, Lula volta a ser o centro das atenções, sendo visto como um forte candidato a liderar a América Latina e assegurar autonomia política em relação aos Estados Unidos.

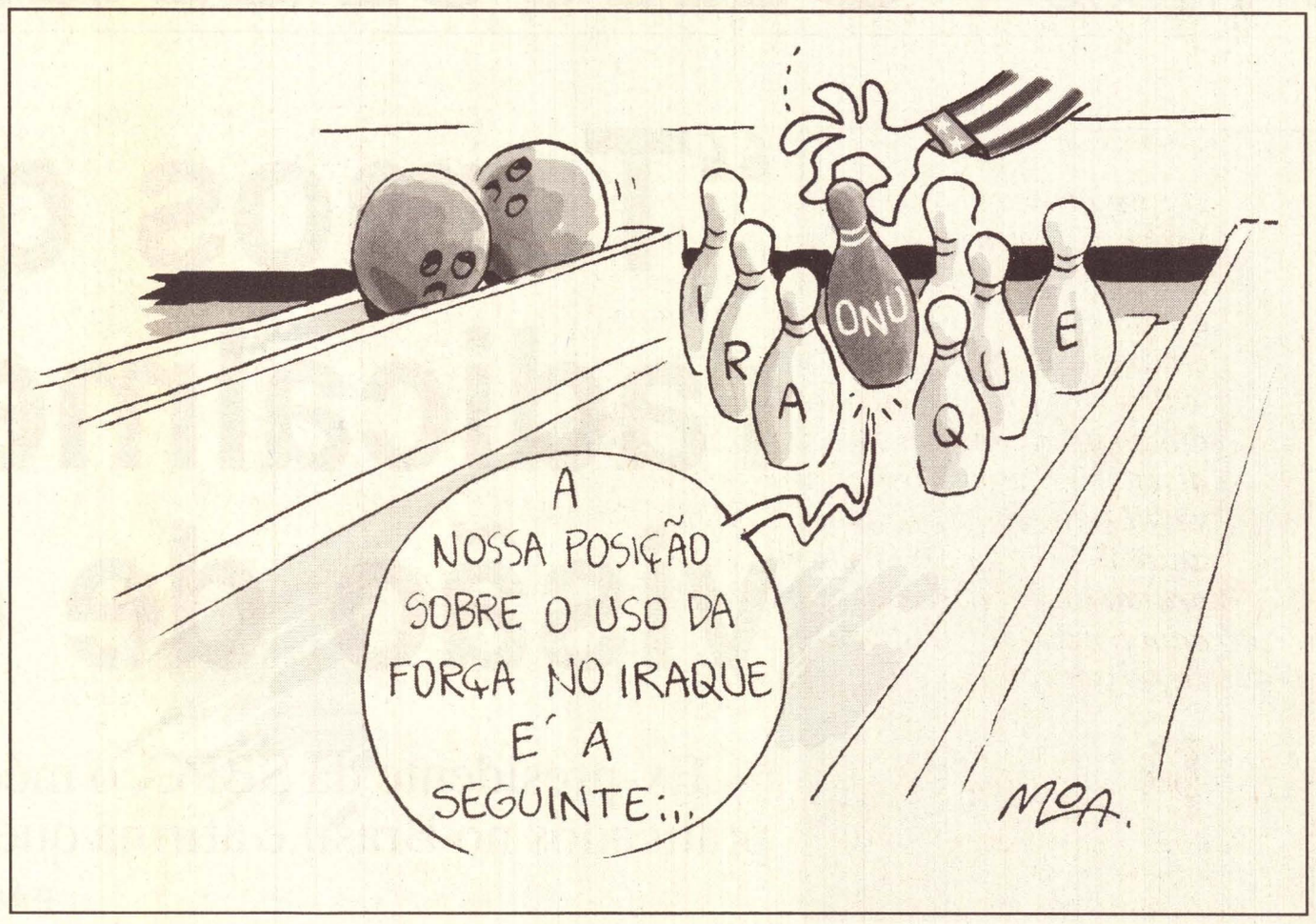
Na página central, o médico e pesquisador Sérgio Ferreira, professor da USP e da Universidade de Rio Preto e conferencista no III Fórum Social Mundial, fala sobre o estágio atual do ensino no Brasil, fazendo fortes críticas aos métodos do ensino superior que se praticam no País. Ele diz, por exemplo, que é preferível que o aluno saia da universidade com menos conhecimento, desde que tenha aprendido a raciocinar.

E que tal criar um equipamento para lavar automóveis e aviões que seja capaz de reciclar a água, produzindo uma economia de até 80%? Pois esse equipamento já existe. Foi desenvolvido no Laboratório de Tecnologia Mineral e Ambiental da UFRGS por um professor e dois engenheiros de minas. Leia na página 9.

Nas páginas 10 e 11, Kleiton e Kledir, que comemoram 30 anos de carreira (começaram no grupo Almôndegas), falam da mudança de Pelotas para Porto Alegre (vieram estudar na UFRGS) e de Porto Alegre para o Rio de Janeiro (rumo ao sucesso nacional e internacional). Eles dizem, entre outras coisas, que os gaúchos, às vezes, escolhem guerras erradas.

Na última página, o perfil do professor e pesquisador de energia nuclear Eloy Julius Garcia. Ele continua trabalhando depois de aposentado compulsoriamente. No final do ano passado recebeu o título de professor emérito e a incumbência de administrar o Instituto Latino-americano de Estudos Avançados pelos próximos quatro anos.

MOA



ESPAÇO DA REITORIA

A oportunidade do diálogo

●WRANA MARIA PANIZZI
Reitora

Em dezembro de 2002, quando ainda não tinha conhecimento dos nomes dos atuais responsáveis pelas políticas federais de educação e de ciência e tecnologia, escrevi neste jornal que reivindicaria do novo governo, antes de mais nada, a "oportunidade de um diálogo respeitoso" – uma troca de idéias aberta ao contraditório, mas sempre comprometida com a construção de soluções concertadas para os problemas que nos desafiam. Para satisfação da comunidade universitária, as primeiras iniciativas das novas autoridades educacionais seguiram essa direção: logo que tomou posse, o ministro Cristovam Buarque visitou as entidades representativas dos estudantes, técnicos e professores – UNE, Fasubra e Andes.

Ainda nos primeiros dias de sua gestão, o ministro reuniu-se mais de uma vez com a direção da Andifes. Em uma dessas ocasiões, junto com o presidente da Andifes, fui portadora do convite ao ministro para participar de encontro com o conjunto dos reitores e outros dirigentes das instituições federais de ensino superior – a 48ª Reunião da Andifes. A realização dessa reunião, no dia 24 de janeiro, em Porto Alegre, quando a cidade acolhia os milhares de participantes do III Fórum Social Mundial, teria um significado histórico. Estiveram presentes, entre outras autoridades, os ministros da Educação, Cristovam Buarque, e da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, e o novo secretário da Educação Superior, Carlos Roberto Antunes dos Santos. Não se tratou de um encontro "protocolar", mas sim de uma reunião de trabalho, que se prolongou por toda a jornada. Naquele dia, de maneira franca e direta, reitores e ministros debateram as propostas do novo governo para a Universidade Pública e analisaram seus problemas estruturais e emergenciais, como a carência de professores e técnicos e nossas dificuldades de custeio, manutenção, infra-estrutura e segurança.

Não há dúvida que a 48ª Reunião da Andifes representou um avanço. Um dos seus principais resultados foi a definição de uma agenda de prioridades, concertada por ministros e reitores. Entretanto, o alcance desse importante "passo" ainda não pode ser corretamente dimensionado. O seu significado mais profundo terá que ser procurando mais adiante, quando a oportunidade do diálogo for submetida aos desafios da continuidade e da efetivação dos compromissos assumidos.

UFRGS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, Porto Alegre/RS/Brasil
CEP 90.046-900
Fone: +55 51 3316-7000
Fax: +55 51 3316-3176
homepage internet: *http://www.ufrgs.br*
e-mail reitoria: *reitora@vortex.ufrgs.br*

ADMINISTRAÇÃO

Reitora
Wrana Maria Panizzi
Vice-reitor
José Carlos Ferraz Hennemann
Pró-reitor de Ensino
José Carlos Ferraz Hennemann
Pró-reitor Adjunto de Graduação
Norberto Hoppen
Pró-reitor Adjunto de Pós-graduação
Jaime Evaldo Fensterseifer
Pró-reitor de Pesquisa
Carlos Alexandre Netto
Pró-reitor de Extensão
Fernando Setembrino Cruz Meirelles
Pró-reitora de Planejamento e Administração
Maria Alice Lahorgue
Pró-reitor de Infra-estrutura
Hélio Henkin
Pró-reitor de Recursos Humanos
Sérgio Nicolaiewski
Secretária de Desenvolvimento Tecnológico
Maria Alice Lahorgue
Secretário do Patrimônio Histórico
Christoph Bernasiuk
Secretaria de Assuntos Estudantis
Maria Beatriz Araújo Brito Galarraga
Procurador-geral
Armando Pitrez

Jornal da Universidade
Publicação da Coordenadoria de Comunicação Social da UFRGS

Conselho Editorial - Christa Berger, Flávio Oliveira, Geraldo Huff, Ivo Stigger, Luís Augusto Fischer e Maria Helena Weber

REDAÇÃO

Av. Paulo Gama, 110 - 8º andar
Fone/fax: (051) 3316-3368/3316-3176
e-mail: *jornal@vortex.ufrgs.br*
homepage: *http://www.ufrgs.br/jornal*

Editor-chefe - Clóvis Ott

Editora executiva - Ida Stigger

Editores assistentes - Ademar Vargas de Freitas e Juarez Fonseca

Redação - Arlete R. de Oliveira Kempf, Carla Felten e Jacira Cabral da Silveira

Projeto gráfico e editoração eletrônica Anibal Bendati

Homepage - Marcelo da Silveira

Fotografia - Luiz Ricardo de Andrade e Reni Jardim

Colaboraram nesta edição - Ana Lúcia Gazzola, Eliana Raffaelli, Nara Roxo e Moacir Knorr Guterre

Circulação - Luiz Ricardo de Andrade cadinho@ufrgs.br

Apoio - Rosâne Vieira e Rita Silveira

Serv. gerais - Antônio Carlos dos Santos

Fotolitos e impressão - Companhia Riograndense de Artes Gráficas (Corag)

Apoio - Agência Universidade Federal do Banco do Brasil

Universidade Pública e democratização do acesso

●ANA LÚCIA ALMEIDA GAZZOLA
Reitora da UFMG

A trajetória da Universidade Federal de Minas Gerais é marcada pela defesa de dois princípios que cremos inseparáveis, a busca incondicional do conhecimento e a luta por uma sociedade mais justa e menos desigual. A esperança que sempre depositamos na possibilidade de uma vida mais digna e humana, e que agora se associa a um amplo desejo nacional, obriga-nos a um compromisso com ações capazes de dar concreção e visibilidade aos nossos ideais.

Somos uma instituição universitária de caráter público. Estas são as palavras que nos identificam e é delas que as nossas ações emanam. É parte de nosso dever para com a nação clarificar permanentemente o significado da natureza pública de nossa instituição e nele ancorar o que fazemos. É à luz desta preocupação que estamos nos debruçando sobre o exame de acesso à universidade, o nosso vestibular.

O saber pertence, por natureza, a todos os homens e mulheres. A busca do conhecimento, nas áreas as mais diversas, tem se mostrado, ao longo da história, como o mais poderoso dos instrumentos de emancipação e de construção da dignidade humana. Disto decorre, a nosso ver, a procedência dos esforços para que o acesso à Universidade seja extensivo a camadas mais e mais amplas da população, particularmente às camadas reiteradamente alijadas da educação superior. O desafio que nos espera, e do qual a UFMG não pode se desobrigar, é a manutenção do requisito da crescente qualidade acadêmica, que sempre a identificou, e, simultaneamente, a absorção dos estudantes que dela historicamente vêm sendo excluídos. Trata-se de intensificar um movimento que já faz parte de nossa tradição. Nos últimos anos, um percentual significativo de nossa população discente, um pouco mais de 40% dos alunos, já é proveniente de escolas públicas, que abrigam parcelas menos favorecidas de nossa sociedade. Embora tal número seja respeitável, cabe buscar não só aumentá-lo, como também efetivar uma distribuição mais equânime pela diversidade de nossos cursos. Tomando como referência os dados do vestibular de 2002, em 27 dos nossos cursos de graduação os percentuais de alunos aprovados que são egressos da escola pública ultrapassa 50%. Em outros 15 cursos, entre 30 e 50% dos aprovados são também originários da escola pública. E, finalmente, em 14 de nossos cursos os percentuais de alunos da escola pública encontram-se entre 15%, limite mínimo na UFMG, e 30%. A partir desses e de outros dados, instrumentos como cursos noturnos, cotas, novas modelagens das provas do exame vestibular, entre outros, devem ser examinados enquanto eventuais propiciadores do aumento da ocupação das vagas discentes por egressos da escola pública.

Entretanto, vale destacar a complexidade inerente à situação. O cuidado que faz parte da tradição desta Universidade e o seu zelo no entendimento do que significa uma vaga numa instituição pública de ensino superior indicam a inadequação de quaisquer medidas apressadas e desconhecedoras do cenário efetivo das universidades brasileiras e, em particular, da UFMG. Entendemos serem três os princípios que devem guiar a discussão entre nós: 1) a defesa incondicional da qualidade acadêmica; 2) a busca da crescente democratização do acesso; e 3) a ênfase na autonomia da Universidade para estabelecer os critérios e as regras que orientarão quaisquer medidas relativas a seu exame de acesso. Qualquer decisão relativamente a esse tema terá de ser precedida de amplo exame. Na UFMG, estamos abrindo o debate. Estudos estão sendo conduzidos para apresentação e discussão em seminários abertos e nos órgãos colegiados. Esperamos que desse debate resultem novos instrumentos de inclusão. Mas trata-se, a nosso ver, não de uma questão restrita a uma única Universidade, e sim de um efetivo problema de alcance nacional, de um campo de ações a ser desencadeado, merecedor de uma política alentada. Esse deve tornar-se item prioritário de uma pauta para o desejado diálogo ente as autoridades constituídas e as universidades públicas brasileiras. É, ademais, uma oportunidade para uma concretização mais completa da idéia de universidade que defendemos.

A duração da instituição universitária, que se aproxima dos mil anos de existência, pode e deve ser explicada por um duplo movimento onde apenas a pressa e a desatenção enxergam um impasse. De um lado, sobrepondo-se às urgências imediatas, é enfatizada a distância acadêmica que possibilita trabalhar nas questões de longo alcance e na defesa dos valores mais duradouros que a ela conferem identidade. De outro lado, a instituição universitária alimenta-se das temáticas apresentadas pela diversidade das conjunturas, pelo rico e surpreendente material que a descontinuidade dos tempos traz à tona. É a partir da fidelidade a esses dois vetores, o que indica a permanência e o que assinala a transitoriedade, que as instituições universitárias integrantes do sistema federal de ensino superior devem comparecer ao diálogo que a elas está sendo proposto. Sem que seja abandonada qualquer das tarefas a que vêm se dedicando, e que são responsáveis por sua robustez, cumpre examinar que novas tarefas delas podem ser esperadas.

Talvez não seja despropositado, como uma indicação mais geral, começar pelo estudo das condições capazes de aproximar o conhecimento nelas produzido, nas áreas da ciência, da tecnologia e da cultura, dos desafios decorrentes da construção de um país mais desenvolvido, mais justo e mais solidário. A dinâmica do conhecimento, e a história das universidades prova isto à exaustão, é inseparável do princípio da autonomia da pesquisa. Lutar pela sua manutenção é requisito inegociável. Entretanto, parece-nos defensável o acréscimo de uma outra dimensão. Entendemos que as Ifes devem estar dispostas à constituição de uma agenda, aberta, mutável e norteada por uma política mais sistêmica e duradoura, constituída por um conjunto de problemas nacionais, de relevância e urgência consensualmente estabelecidas, que reclamam soluções para as quais é indispensável a atuação das universidades. Estratégias de identificação de desafios, estabelecimentos de prioridades, consórcios regionais, consórcios nacionais, repartição de tarefas, são procedimentos, entre outros, que poderiam levar a ações articuladas e decorrentes de uma política mais geral para a área das ciências, das tecnologias e da cultura. Certamente que compromissos dessa ordem podem ser esperados por parte das universidades. Entretanto, eles devem ser acompanhados por transformações significativas na relação do governo federal com as instituições integrantes do sistema federal de ensino superior. Se não forem removidas as práticas características de nossa história mais recente, que obrigavam os dirigentes universitários a um permanente esforço para que o governo cumprisse suas obrigações estritamente legais para com as universidades, as expectativas de mudança, justas e esperadas, serão inteiramente frustradas. Desta maneira, talvez as duas perguntas que vêm marcando, por ora, as conversas entre o Ministério da Educação e a Andifes – a saber, o que o governo pode fazer pela Universidade e o que a Universidade pode fazer pelo país- sejam uma única e mesma questão.

VESTIBULAR

O difícil trajeto para ter o nome no listão

●NARA RUBIA ROXO
Jornalista

O número de jovens que procuram as universidades públicas a cada ano atesta a necessidade de se estabelecer um debate aprofundado sobre o acesso ao ensino superior público e sobre a estrutura física e de recursos humanos das instituições, o que amplia a discussão sobre formas alternativas ao vestibular. A oferta ainda está muito aquém do número de candidatos que procuram ingressar na UFRGS com a expectativa de cursar ensino superior público e de qualidade.

FOTOS RICARDO DE ANDRADE

Entrar para a universidade pública é o sonho de todos os jovens

Pulos, choro, gritos e muita, muita emoção. Não é para menos: ver seu nome na lista de aprovados do vestibular de uma universidade pública é o sonho de milhares de jovens, que sabem que a concorrência não será fácil e que terão que ser os melhores. Quando essa universidade é a UFRGS, então, os motivos para comemorar são maiores. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul está entre as melhores do país, com a grande maioria dos cursos com conceito "A" no Provão, sistema que avalia o desemprenho das instituições em nível nacional.

No vestibular de 2003 foram 44.482 os inscritos para as 4.180 vagas oferecidas. Esses números dão a dimensão da concorrência a que se submetem os candidatos. A média geral ficou em 10,64 candidatos por vaga, mas alguns cursos ultrapassaram em muito essa média, como Ciência Jurídicas e Sociais (Direito Noturno, 28,03 candidatos por vaga), Psicologia (27,9 candidatos por vaga) e Medicina da UFRGS (26,51 candidatos por vaga). "Não há novidade nesse quadro, uma vez que, historicamente, a UFRGS tem uma elevada média de candidatos por vaga, e até mesmo em relação aos cursos repete-se o resultado de outros anos, visto que Medicina e Direito sempre estão entre os mais procurados", avalia o professor Nilton Rodrigues Paim, presidente em exercício da Comissão Permanente de Seleção (Coperse), órgão que coordena o processo de vestibular. Ele relata que já houve variações, mas são raras. Algumas Engenharias, Informática, Publicidade e Nutrição, por exemplo, já figuraram em algum momento entre os mais procurados, mas não permaneceram, como tem acontecido com os dois cursos citados.

MESES DE TRABALHO

Se é grande a angústia dos candidatos, porque sabem que na média terão que ter um desempenho melhor que pelo menos outras dez pessoas, o trabalho do pessoal que prepara esse vestibular não é menor. De acordo com a assessora da presidência da Coperse, Avani de Oliveira, assim que termina um concurso, já se começa a pensar no vestibular seguinte. "Funcionamos como uma escola de samba, que mal sabe o resultado do desfile e já começa os preparativos para o próximo", compara ela.

O vestibular da UFRGS mobiliza um contingente que ultrapassa três mil pessoas, se forem considerados o pessoal direto e indireto envolvido. Desde a elaboração até a aplicação das provas, passando pela revisão, segurança, transporte etc., tudo é feito com rigoroso cuidado. O nível de detalhamento dos trabalhos chega ao ponto de agendar reunião preparatória com órgãos públicos, como a EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação), Brigada Militar, Samu (Serviço de Assistência Médica de Urgência), com o objetivo de repassar informações sobre locais de provas, trajetos, número de candidatos por escola, para que esses órgãos possam, em parceria, elaborar planos de atuação, de forma a evitar qualquer tipo de transtorno aos candidatos.

Conforme Avani, o vestibular é um processo que envolve muito trabalho. "Nossa preocupação vai muito além da elaboração das provas. Se o resultado desse vestibular tem sido sucessivamente positivo, isso não é fruto do acaso, mas de muito trabalho e dedicação e de um planejamento que avalia todas as possibilidades. A cada ano procuramos aperfeiçoar, porque isto faz parte da própria evolução do processo."

Mas o esforço tem valido a pena. Este ano, não houve qualquer tipo de problema ou anulação de questões. Para quem costuma dizer que as provas da UFRGS são muito difíceis, a assessora da Coperse apresenta um contraponto. Segundo ela, as provas são realizadas buscando o equilíbrio e a adequação ao conteúdo programático do ensino médio, à luz do que é determinado pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e parâmetros curriculares nacionais. "As questões são adequadas ao que o candidato recebeu na sua formação secundária", afirma.

Em sua avaliação sobre o vestibular, o professor Noberto Hoppen, pró-reitor adjunto de Graduação, destacou o trabalho da Coperse. "A instituição vestibular realmente funciona. Este ano estamos comemorando o fato de não ter sido anulada questão alguma." Para ele, isso significa que o conteúdo das provas não foi contestado. Hoppen destacou também, como responsável pelo sucesso do vestibular de 2003, a infra-estrutura disponibilizada. "Nossa infra-estrutura é muito boa. Imagine um vestibular em que participaram mais de 40 mil pessoas, e que acontece em mais de 50 lugares diferentes. A logística para atender a isso é fantástica. Tudo tem que correr perfeitamente, dentro de limites de tempo. Sob esse ponto de vista, eu diria que temos uma equipe muito boa, com plena capacidade de executar o processo e que está preparada para, caso ocorram problemas, atuar de forma muito rápida. Tudo o que está dentro do alcance do que pode ser administrado pela Universidade é feito."

DESEMPENHO EM 2003

Numa avaliação do processo de vestibular, constatou-se uma elevação do número de candidatos com 40% ou mais de acertos sem zerar nenhuma questão e, portanto, tiveram suas redações corrigidas. Foram mais de 17 mil redações, cada uma delas, corrigidas duas vezes por diferentes avaliadores. De acordo com Avani, isso demonstra uma elevação no desempenho dos candidatos. "Esse é um resultado que comemoramos. Se formos analisar o processo da educação, podemos falar numa espécie de ciclo, uma vez que nossa universidade forma profissionais que, em boa parte, vão atuar no ensino médio. Então, quando vemos uma elevação no desempenho dos candidatos, não podemos deixar de sentir uma certa responsabilidade por isso." De acordo com a Coperse, o índice de abstenção este ano ficou em 16,63%, e a média de acertos repetiu a dos outros anos, cerca de 40% do total de questões.

Projeto pode apontar alternativas para o ingresso na universidade

Visto por muitos como um "muro intransponível", há tempos o vestibular vem suscitando acaloradas discussões. Já em seu discurso de posse, o ministro da Educação, Cristovam Buarque, falou em revolução no ensino no Brasil. "Trabalharemos com três eixos", enfatizou ele, referindo-se ao grande programa nacional de abolição do analfabetismo nos próximos quatro anos, à construção de uma escola voltada para as necessidades do século XXI e à formatação de uma nova universidade, que sirva à realidade do país e do mundo. "Precisamos de uma universidade capaz de acompanhar a velocidade com que o conhecimento acontece hoje, sintonizada com as exigências éticas de um mundo com tanta exclusão", frisou Buarque. Para ele, o ingresso na universidade e a questão das vagas ociosas, assim como o sistema de avaliação, estarão no centro dos debates.

"Não pretendemos eliminar instrumentos de ingresso. As universidades nunca serão capazes de receber todos os que terminam o ensino médio. O que defendemos, e o que implantei quando reitor da Universidade de Brasília (UnB), é uma modalidade de ingresso paralela ao vestibular, que selecione os alunos a serem admitidos a partir de provas aplicadas nos três anos do ensino médio. Há sete anos que metade dos que ingressaram na Universidade de Brasília o fizeram a partir desse sistema. Entram os que têm as melhores médias." Como vantagens dessa modalidade, Buarque aponta um interesse maior dos alunos pelos estudos em nível médio, além de haver uma combinação melhor entre este nível e a Universidade.

ALTERNATIVAS DE ACESSO

O pró-reitor de Ensino e vice-reitor da UFRGS, professor José Carlos Ferraz Hennemann, destacou o vestibular da Universidade como um processo que vem se aprimorando a cada ano. "Dentro da proposta com a qual trabalha, esse processo tem alto grau de qualidade. Mas, por mais que a Universidade aumente o número de vagas dentro de suas escassas possibilidades, o número de candidatos continua aumentando sempre numa proporção maior", analisa ele. No período de 1995 a 2003, por exemplo, a UFRGS teve um acréscimo de 14,6% de vagas no vestibular. No entanto, a relação entre o crescimento das vagas e o número de candidatos ainda é muito desproporcional. O número de vagas que a instituição disponibiliza no momento está vinculado ao que ela tem condições de absorver. Nesse caso, o processo de vestibular vem a ser uma forma de classificar aqueles que irão entrar na Universidade.

Hoje algumas instituições públicas estão trabalhando com formas alternativas de ingresso baseadas numa modalidade de acompanhamento do estudante durante os três anos do ensino médio. Como é o caso da já citada UnB e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul. "São processos importantes, mas que não alteram o número de vagas", esclarece o vice-reitor. Ele considera importante a interação que esses processos podem estabelecer com o ensino médio, influindo na qualidade do ensino nas escolas onde são realizadas provas continuadas de seleção.

Nessa mesma linha está o pensamento de Hoppen. Para ele, embora seja muito difícil explicar à sociedade por que a Universidade só pode aceitar cerca de 10% dos candidatos inscritos a cada ano, a realidade é que a UFRGS, da maneira como está estruturada, opera no seu limite e, em curto prazo, esse quadro não deve ser alterado. "Vejo esse percentual como um desperdício absoluto de talentos, visto que muitas pessoas com capacidade de entrar na Universidade ficam de fora pelo processo seletivo, que escolhe os melhores dentre os melhores. Seguramente, não conseguiremos dobrar as vagas que temos hoje, pela carência de recursos financeiros, de professores, de laboratórios etc. Estas questões estão na mesma linha da discussão sobre a abertura de mais cursos noturnos, levantada pelo ministro da Educação."

As discussões sobre o ensino superior passam por diversos aspectos, que vão desde a infra-estrutura de recursos humanos e físicos das instituições, permeiam o vestibular e envolvem, inclusive, sistemas de avaliação, como o Provão. "Todos esses pontos são extremamente importantes e devem ser constantemente rediscutidos", avalia Hennemann. Para ele, as respostas às várias questões suscitadas devem vir de uma ampla discussão entre reitores das universidades federais e autoridades governamentais. "Essa é a pré-disposição do governo, que é bem vista pela comunidade acadêmica, no sentido de uma interlocução muito próxima entre as administrações da universidade e o Ministério da Educação."

DEBATES ENVOLVEM A EDUCAÇÃO BÁSICA

O problema que se coloca é que o número de alunos desejosos de estudar na universidade pública é cada vez maior do que a capacidade de responder a essa demanda. Em última análise, o que se busca é possibilitar a universalização do acesso, ou seja, dar a todos os que concluem o segundo grau o direito de ingressar numa universidade pública. De acordo com o critério de mérito, se não houver um mecanismo de seleção, essa universalidade fica inviabilizada.

Para o então presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Mozart Neves Ramos, o problema da justiça no acesso à universidade remete a educação fundamental e média. "Como a educação básica pública não tem o mesmo padrão de qualidade que tem a educação privada, naturalmente, nos cursos de maior projeção no mercado de trabalho, observa-se um número maior de alunos oriundos da rede privada em detrimento dos alunos da rede pública. Então, é isso que se discute em relação ao vestibular. Na prática, a maioria dos candidatos é oriunda da rede privada, que oferece ensino mais qualificado que a escola pública. No terceiro grau há uma inversão", destaca.

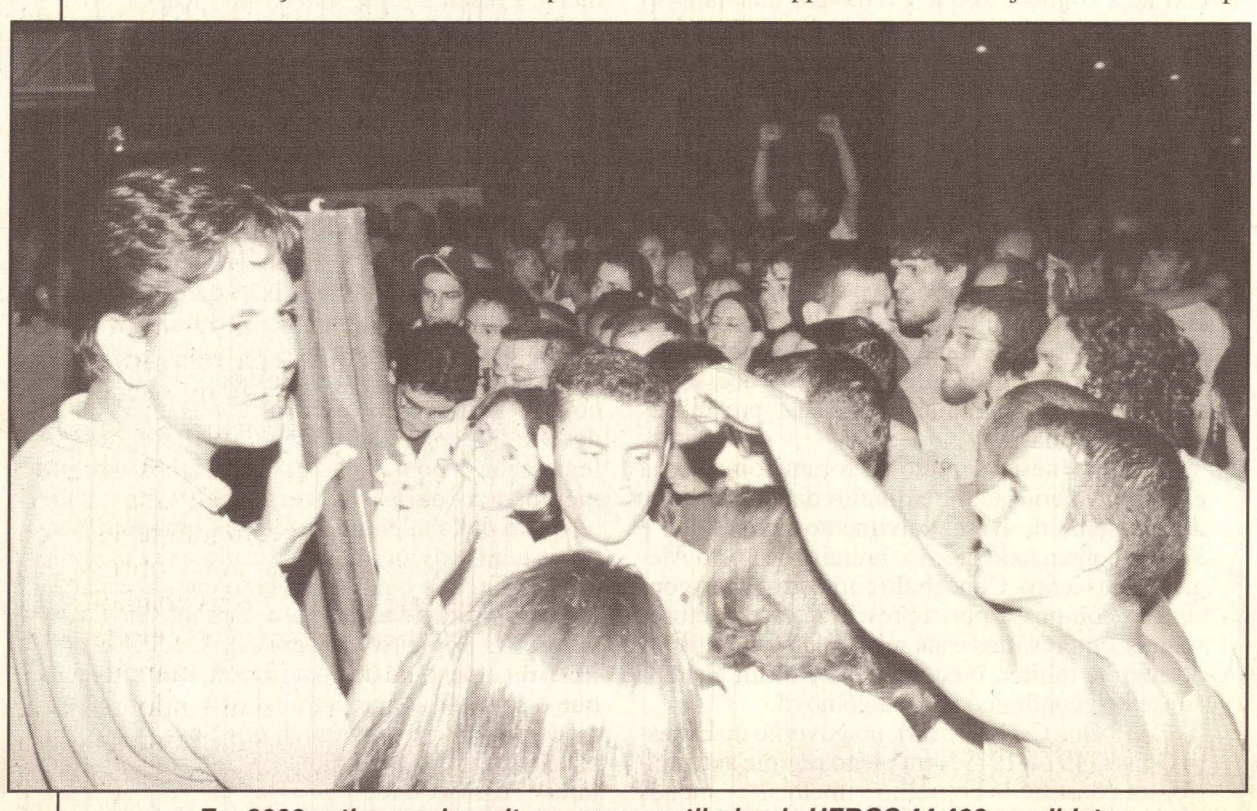
Mozart diz que, se existe alguma situação de injustiça, não é responsabilidade da universidade. "Toda essa questão do vestibular decorre basicamente do preconceito de que a maioria dos que entram nas universidades públicas são alunos da rede privada de segundo grau. Mas qualquer que seja a forma seletiva, e existem vários estudos que demonstram isso, a situação se repete. Alunos que passam no vestibular de uma universidade pública, teoricamente são capazes de ser aprovados no vestibular de qualquer outra universidade, porque estão mais preparados", exemplifica. Para ele, toda a discussão sobre vestibular ou formas de acesso ao ensino superior deve passar primeiramente por um debate sobre a melhoria na educação básica.

Ele destaca, também, os números relativos a esta questão. "Não estamos tratando com um quantitativo pequeno de alunos. Na UFRGS, falamos de 44 mil candidatos para 4 mil vagas. Na Fuvest, são mais de 150 mil inscritos para 10 mil vagas. O que fazer? Sorteio? Não seria justo e não estimularia a qualificação do ensino médio. Porque a questão não é entrar na universidade, mas sair e sair bem. Entrar é apenas um primeiro passo. Importa sair bem, com educação profissional qualificada e com educação cidadã."

AVALIAÇÃO SERIADA

O processo de avaliação seriada tem surgido como uma possibilidade de acesso à universidade, mas também se caracteriza como processo de seleção, no qual, em princípio, entrariam os melhores. Para Mozart, a pergunta a ser feita é: ela é melhor do que o vestibular ou não? A resposta deverá ser buscada num amplo debate entre governo e comunidade acadêmica. Mas, independente do ponto de vista, parece consenso que esse tipo de seleção tem a vantagem de efetivar melhorias no ensino médio. "O aspecto positivo dessa sistemática é a possibilidade de melhorar muito a própria avaliação feita pela escola. Se os alunos avaliados no primeiro ano não foram tão bem numa determinada matéria, isso pode ser corrigido ao longo do segundo ou do terceiro ano." Na sua opinião, o próprio ministro da Educação tem sido cauteloso quando coloca a autonomia das universidade em primeiro lugar em relação a qualquer mudança na forma de acesso. Até o momento, as discussões têm sido colocadas como formas alternativas, porque é preciso considerar as questões operacionais da avaliação seriada.

Vestibular, avaliação seriada, cotas para egressos de escolas públicas, entre outros, são temas que estarão na pauta do dia quando o assunto for educação superior no Brasil. Mas há consenso de que qualquer mudança na educação superior passa pelo ensino fundamental e médio, por um amplo debate com a comunidade acadêmica e pela forma de relacionamento entre o governo federal e as universidades.



Em 2003 estiveram inscritos para o vestibular da UFRGS 44.482 candidatos

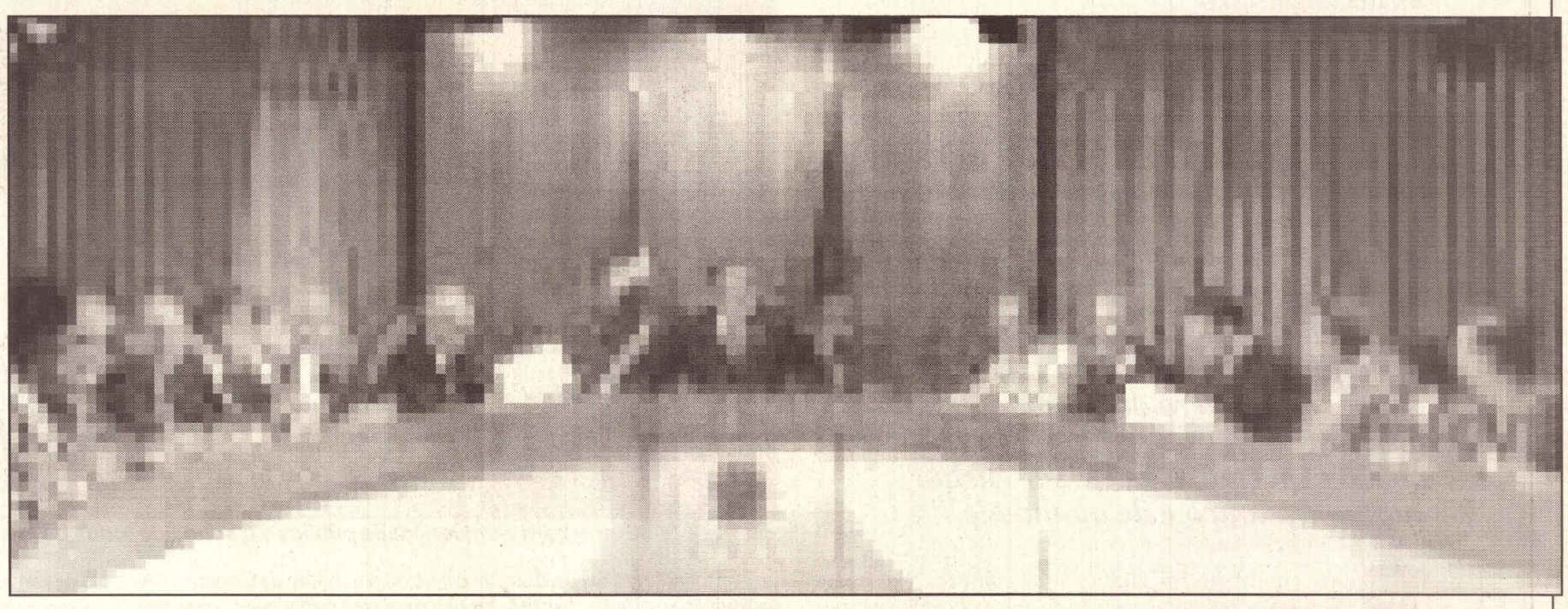
UFRGS Jornal da Universidade

POLÍTICA

O ministério da diversidade

●ELIANA RAFFAELLI
Jornalista

Lula busca garantir apoio social na formação de sua equipe para compensar minoria no Congresso



Pensar em um governo com raízes no movimento de esquerda, que colocasse sindicalistas, ex-guerrilheiros e presos políticos da época da ditadura militar ao lado de um ex-presidente de banco americano, de latifundiários, empresários e políticos de centro-direita exigiria, há alguns anos, um extraordinário exercício de imaginação. Tal composição, impensável no século passado, ganhou contornos de realidade no Brasil em 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da República. Contudo, o terreno para a junção de interesses aparentemente tão antagônicos começou a ser preparado já no período da campanha eleitoral, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) de Lula escolheu como vice o empresário mineiro José Alencar, do Partido Liberal (PL). Além disso, fora os habituais aliados, como PCB, PC do B e PV, Lula conquistou, sobretudo no segundo turno, o apoio de lideranças de partidos que em outras ocasiões estiveram em linha de choque com o PT, como José Sarney e Orestes Quércia (PMDB), Antônio Carlos Magalhães (PFL), Ciro Gomes (PPS) e Itamar Franco (sem partido).

"Não é de estranhar que Lula tenha formado um ministério eclético partidariamente, pois na campanha já vinha apontando nesta direção, ao compor uma base de apoio política e ideologicamente heterogênea, haja vista a escolha do vice do PL", afirma Carlos Arturi, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Para ele, o governo foi além da questão partidária, adotando não apenas um ecletismo político como também ideológico, a fim de garantir condições de governabilidade. "Na formação do ministério, fica claro que se procurou tranqüilizar os mercados ao escolher quadros com trânsito no meio empresarial internacional."

A necessidade de buscar um padrão de coalizão não foge à regra dos últimos 50 anos, afirma André Marenco, também professor do Departamento de Ciência Política da UFRGS. De 1946 até 2003, considerando somente os períodos democráticos, apenas dois presidentes tiveram maioria no Congresso: Eurico Gaspar Dutra e José Sarney, no período logo após a eleição.

Entretanto, o cientista político afirma que, do ponto de vista partidário, a heterogeneidade da equipe é apenas aparente. Segundo ele, o governo é formado pelo PT - o único partido grande da base aliada - e por partidos menores, como PL, PTB, PPS e PSB, que ficaram com um ministério cada. "À medida que a disputa no PMDB se resolva e que o partido se defina pró-governo, a proposta de coalizão talvez fique mais clara."

Por outro lado, a administração Lula está implementando uma característica bem diferente da verificada na gestão de Fernando Henrique Cardoso, a de enfatizar a formação de um pacto, com espaço para uma composição social e corporativa, abrindo-se à participação de representantes da sociedade civil. "Indicações como a de Roberto Rodrigues (Agricultura), Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), Henrique Meirelles (Banco Central) e do próprio Gilberto Gil (Cultura) são exemplos desta estratégia", afirma Marenco. "No governo FHC, tudo estava centrado na figura de Pedro Malan (ministro da Fazenda), oferecendo-se pouco espaço para negociação, o que resultou na grande dificuldade de interlocução com a sociedade verificada no primeiro mandato de Fernando Henrique".

Luiz Miranda, professor do Departamento de Economia da UFRGS e conselheiro da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs), não projeta dificuldades frente à montagem de um ministério diversificado. "Não creio que este seja um problema maior, pois a situação brasileira é tão difícil que praticamente existe um consenso da esquerda à direita de que os problemas mais sérios têm de ser resolvidos, a exemplo da fome, do analfabetismo e da saúde. Ninguém, mesmo achando que estas questões são secundárias, tem condições políticas de se opor."

A abertura de espaço a setores conservadores e a não existência de uma ruptura radical levam a concluir que o caráter da nova administração será essencialmente social-democrata e progressista. "Este espaço de centro-esquerda assumido por Lula caracteriza a tentativa de união nacional possível. Não é a união de todos, mas daquilo que constitui a maioria e que dá condição de hegemonia dentro do bloco." Neste sentido, diz Miranda, os setores conservadores exercem papel subsidiário, mas absolutamente necessário, se considerarmos a existência de um sistema parlamentar que pode bloquear uma série de iniciativas que necessitam de um reordenamento legal.

NOMES

Quanto à escolha dos integrantes do ministério, Eduardo Corsetti, professor do Departamento de Ciência Política da UFRGS, considera que não houve grandes surpresas, pois foi preciso preencher necessidades internas do partido, valorizando o papel tradicional de alguns personagens. Como exemplo, há a participação forte do PT do Rio Grande do Sul, maior estado já governado pelo partido e que ficou com três ministérios (Cidades - Olívio Dutra, Minas e Energia - Dilma Rousseff, e Desenvolvimento Agrário - Miguel Rossetto), além de duas secretarias com *status* de ministério (Desenvolvimento Econômico e Social - Tarso Genro, e Direitos da Mulher - Emília Fernandes).

Em contrapartida, o anúncio de alguns nomes gerou desconforto em segmentos mais à esquerda, a exemplo da indicação do banqueiro Henrique Meirelles para o Banco Central, do empresário Luiz Fernando Furlan para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e do produtor rural Roberto Rodrigues para o Ministério da Agricultura. Se por um lado petistas históricos manifestaram descontentamento com estas nomeações, setores mais conservadores aplaudiram de pé as indicações e reforçaram seu voto de confiança no governo.

A escolha de Meirelles sintetiza a opção pela diversidade. Escalado para comandar um dos postos-chave da arquitetura econômica do governo, o engenheiro goiano com especialização na Harvard Business School foi o primeiro brasileiro a presidir no País um banco estrangeiro (o BankBoston, cargo que ocupou ao longo de 12 anos) e o primeiro estrangeiro a comandar um banco de grande porte nos Estados Unidos (o FleetBoston Financial, oitava maior instituição financeira americana). Além de banqueiro, Meirelles se elegeu em 2002 por Goiás como o deputado federal mais votado do Estado, pelo PSDB, partido do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Luiz Miranda considera que a escalação de Meirelles faz parte da lógica de equilibrar as diferenças. "Até porque seria muito contraditório pensar que o PT pudesse ter um banqueiro. E, por outro lado, haveria a opção de fazer um rompimento no início do governo com o mercado internacional?", questiona o economista.

A indicação do presidente do Conselho de Administração da Sadia, Luiz Fernando Furlan, para a pasta do Desenvolvimento segue a mesma lógica. Considerado um dos responsáveis pela consolidação da companhia de carnes e embutidos no exterior, que hoje exporta para mais de 60 países, Furlan é também vice-presidente da Fiesp e da Associação de Comércio Exterior do Brasil.

De acordo com Miranda, o empresário representa setores da burguesia brasileira com interesse na manutenção de sua capacidade de operar no mercado interno. "Esta posição é oposta à adotada por Fernando Henrique, mentor da chamada teoria da dependência econômica, que prega a não existência de espaço para uma burguesia nacional, a não ser que seja associada e dependente. A teoria da dependência é uma teoria da rendição, da abdicação de um projeto nacional que não seja subordinado ao interesse do capital."

Tanto a escolha de Furlan como a de Roberto Rodrigues (Agricultura) para integrar a equipe fazem parte de uma articulação similar, pois são representantes de setores que não se opunham inteiramente ao governo Lula. "São ligados a outros segmentos da sociedade que mantinham relações com o PT. Têm diferenças quanto às linhas básicas do partido, porém, essa distância não é tão grande assim", diz Eduardo Corsetti.

A nomeação de Roberto Rodrigues, agrônomo e empresário rural que já presidiu a Organização das Cooperativas do Brasil e que atualmente dirige a Associação Brasileira de Agribusiness, reflete a antiga contradição campo-cidade. "Temos questões de uma agricultura empresarial-capitalista que ficarão a cargo do Ministério da Agricultura. Porém, como subproduto dessa agricultura, temos uma rede de rendeiros, bem como grandes monopólios de terra, o que explica a existência de um Ministério do Desenvolvimento Agrário", afirma Miranda.

Outra crítica foi relacionada à adoção de um critério mais técnico do que político na indicação dos nomes, ao passo que no Ministério da Fazenda a escolha recaiu sobre Antonio Palocci, médico sanitarista e ex-prefeito de Ribeirão Preto (SP), sem grande experiência na área econômica. Para Luiz Miranda, é necessária uma adequação neste corte rígido, pois a fronteira técnico-política é arbitrária, já que há situações que não se resolvem pela lógica abstrata da coisa em si, sendo preciso ter capacidade de persuasão, de agrupar e identificar interesses.

"Esse critério técnico pode até ser legítimo em relação às ciências da natureza, mas não nas ciências sociais, entre as quais está a economia", explica o professor. "Retomando Churchill, que dizia que a guerra era assunto importante demais para ser deixado na mão de generais, as questões econômicas são complexas demais para serem deixadas só na mão de economistas."

HARMONIZAÇÃO

Se por um lado a opção pela diversidade na composição da equipe de governo traz vantagens – como a garantia de tempo maior para assegurar as condições mínimas, do ponto de vista econômico-financeiro, que evitem o enfrentamento de uma crise aguda no primeiro ano de administração – o mesmo ecletismo embute riscos, a exemplo da possibilidade de descaracterização do projeto original, o que pode resultar em abalo no apoio político futuramente. "Há o risco de que Lula não faça o governo que prometeu, mas isso só pode ser avaliado com segurança daqui a uns dois anos", afirma Carlos Arturi.

Diante disso, a necessidade de harmonizar os diferentes interesses é uma exigência que se impõe. Segundo Eduardo Corsetti, a construção de acordos é difícil em um governo que incorpora várias tendências. "A única estratégia possível para produzir resultados, e não rupturas, está em contar com setores que estiveram excluídos do processo." O aspecto positivo é a possibilidade de se produzir resultados mais eficazes com menor custo político, através da idéia de que setores da sociedade tenham presença no processo de decisão, com a garantia de que suas pretensões serão discutidas.

Medidas neste sentido já foram tomadas, a exemplo da criação, no primeiro dia de governo, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, comandado pelo ex-prefeito de Porto Alegre Tarso Genro. Concebido como um órgão consultivo composto por representantes de setores sociais, empresários e até mesmo um ex-ministro do regime militar, o economista Delfim Neto, o conselho econômico não é algo novo.

Conforme Carlos Arturi, no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), em pleno regime autoritário, foi constituído conselho semelhante - menos diversificado que o órgão criado por Lula -, consultado periodicamente pelo presidente e com grande influência, embora não dispusesse de poder deliberativo. "Esta é uma maneira de harmonização, pois por meio da discussão prévia, os projetos e medidas de governo já chegam ao Parlamento cercados de apoio, de consenso."

Que não será tarefa fácil esta composição de interesses não há dúvida. Outra necessidade que se estabelece é chegar a um discurso mais homogêneo, evitando que informações desencontradas causem abalos internos ou mesmo crises diplomáticas, como as declarações do ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, que defendeu na segunda semana de governo que fossem retomados os investimentos em pesquisa para o desenvolvimento da tecnologia para a produção da bomba atômica no País. No entanto, o Brasil é signatário de um tratado internacional em que se compromete a não investir na produção de armas nucleares.

A Previdência Social, um tema por si só explosivo, foi outro que esteve na linha de ataque. Ricardo Berzoini, o novo ministro da pasta, anunciou que uma das idéias a serem discutidas era o estabelecimento de um mesmo teto de benefício previdenciário para os servidores públicos e privados, o que causou agitação em vários segmentos, sobretudo entre os militares e a magistratura. No dia seguinte ao anúncio, Berzoini recuou, afirmando que os militares não seriam incluídos nesta mudança.

O discurso de posse do ministro da Educação, Cristóvam Buarque, também trouxe apreensão ao segmento de ensino superior, ao defender a idéia de que as universidades públicas fossem transferidas para o ministério da Ciência e Tecnologia. O programa que visa a erradicar o analfabetismo, anunciado ainda no mês de dezembro e sem um plano correspondente de incentivo ao ensino superior, foi outro aspecto a preocupar o setor. "Parece que o governo está se voltando mais ao ensino fundamental, embora não seja incumbência direta da administração federal. Nada impede que se desenvolva um programa contra o analfabetismo, porém, ao priorizar a educação fundamental, as universidades seguem mantidas em uma posição marginal", afirma Arturi.

Esta valorização inicial de questões ligadas ao analfabetismo e à inclusão social deixa em aberto como será a política do governo quanto à formação mais elaborada, da mão-de-obra mais sofisticada. "Ainda está ambíguo o papel das universidades, que sofreram uma grande deterioração nos últimos anos", diz Eduardo Corsetti. Além disso, o professor lembra que não ficou claro como será inserida a questão da Ciência e Tecnologia, ou seja, se haverá uma retomada da importância das instituições públicas ou se será mantida a política anterior, de prioridade aos investimentos privados.

Já André Marenco destaca que, nos primeiros dois anos, dificilmente o governo conseguirá implementar políticas sociais, por ainda estar vivendo um período de transição. Com isso, a tendência é de que sejam lançados apenas programas emergenciais, nos moldes do Fome Zero e do projeto de erradicação do analfabetismo. "O governo deve começar a ter 'cara' apenas daqui a um ano e meio. Porém, não poderá se dedicar somente a matar a fome sem ter políticas de desenvolvimento; não adianta oferecer apenas alfabetização, sem a oportunidade de continuidade dos estudos, questões que garantem a mobilidade social", diz Marenco.

Um passo no sentido de fortalecer as instituições de ensino superior foi dado no fim de janeiro, quando o ministro Cristóvam Buarque esteve reunido, em Porto Alegre, com 40 dos 52 reitores das universidades federais, encontro do qual resultou a decisão de criar grupos de trabalho para diagnosticar problemas e propor soluções para os estabelecimentos de ensino superior. A intenção é levantar idéias sobre como o governo pode incentivar as universidades via liberação de recursos ou alterações nas legislações, bem como identificar os equipamentos e as obras mais urgentes.

Além da falta de um discurso homogêneo entre os ministros, outro complicador para o equilíbrio de forças é o engessamento que deve caracterizar o primeiro e, talvez, o segundo ano de governo. "O primeiro ano será de execução da política orçamentária do governo anterior, enquanto que o segundo e o terceiro tendem a ser de definição própria do governo, o que pode levar à inclusão ou à exclusão, diante de questões conjunturais", diz Corsetti.

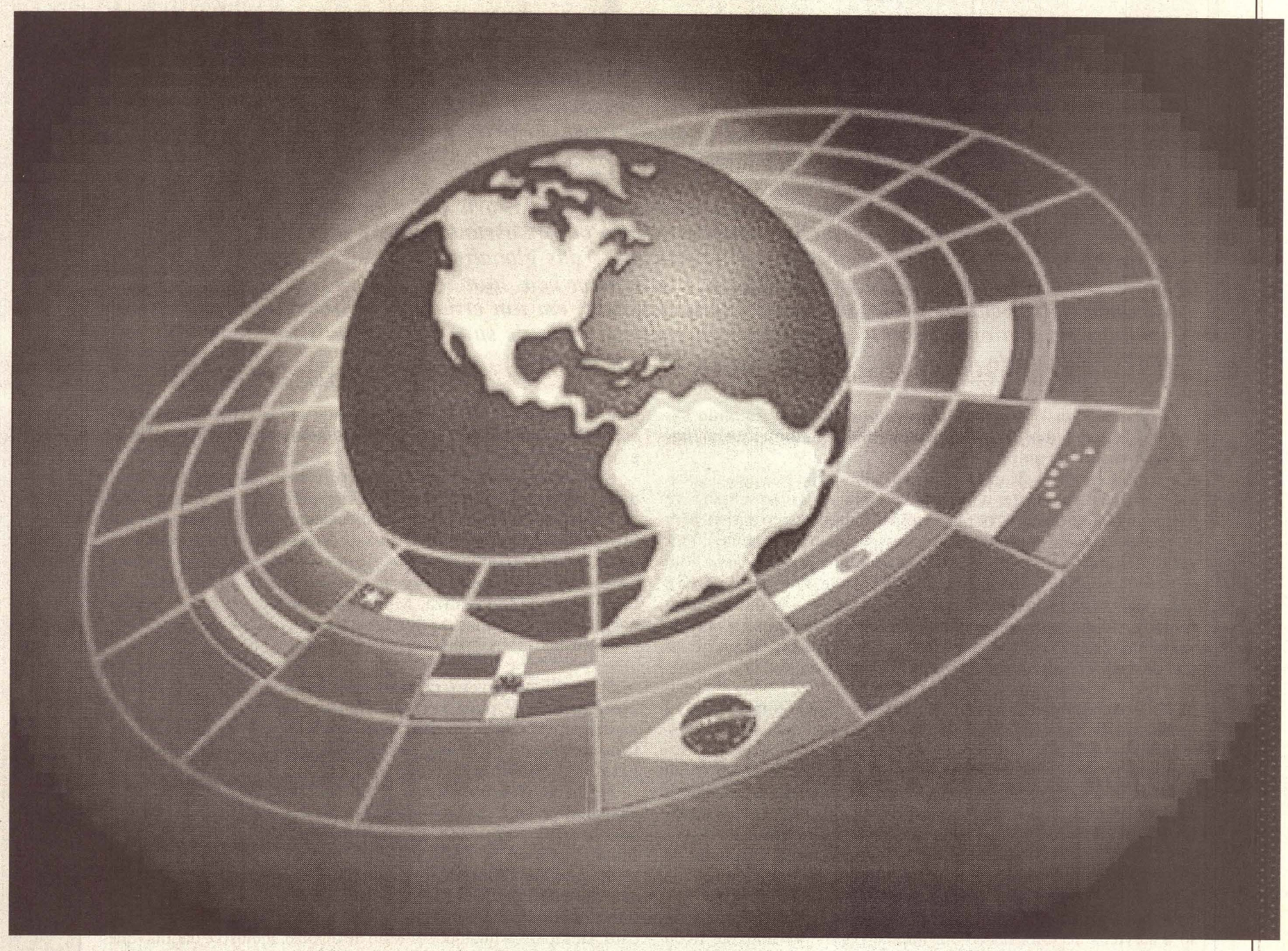
QUEM SÃO OS MINISTROS

Agnelo Queiroz
Esportes
Anderson Adauto
Transportes
Antônio Palocci Filho
Fazenda
Celso Amorim
Relações Exteriores
Ciro Gomes
Integração Nacional
Cristovam Buarque
Educação
Dilma Rousseff
Minas e Energia
Gilberto Gil
Cultura
Guido Mantega
Planejamento
Humberto Costa
Saúde
Jaques Wagner
Trabalho
José Graziano
Segurança Alimentar e Combate à Fome
José Viegas Filho
Defesa
Luiz Fernando Furlan
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Márcio Thomaz Bastos
Justiça
Marina Silva
Meio Ambiente
Miguel Rossetto
Desenvolvimento Agrário
Miro Teixeira
Comunicações
Olívio Dutra
Cidades
Ricardo Berzoini
Previdência
Roberto Amaral
Ciência e Tecnologia
Roberto Rodrigues
Agricultura
Walfrido Mares Guia
Turismo

POLÍTICA

América Latina à espera de um líder

Aclamado como o processo eleitoral mais democrático do continente, o pleito que levou Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil significa bem mais do que a chegada ao poder de um operário representando um partido de esquerda. A eleição de Lula pode significar também o surgimento de um líder latino-americano, com vistas a assegurar autonomia política em relação aos Estados Unidos.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem manifestado claro interesse em exercer tal função, tanto que alguns analistas consideram, inclusive, que ele já assumiu esse papel ao se manifestar em favor do auxílio econômico do Fundo Monetário Internacional (FMI) à Argentina e ao liderar a formação do Grupo de Amigos da Venezuela com o objetivo de auxiliar na retomada da estabilidade do país vizinho, enfraquecido por uma continuada greve geral.

Este momento histórico e econômico é favorável a iniciativas como esta. Ao longo de praticamente todo século XX, os países latino-americanos viveram de costas uns para os outros, situação que começou a mudar a partir da década de 80, quando iniciaram os primeiros diálogos sobre integração.

A coordenadora do Mestrado de Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Maria Suzana Soares", afirma que, com o fortalecimento da União Européia, criada nos anos 50, se percebeu que o mundo estava ficando mais complexo e que seria cada vez mais difícil negociar por conta própria".

A necessidade de posicionamentos de política internacional sobre temas específicos, como a inserção ou não na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) ou em relação a conflitos como os verificados na Venezuela e no Iraque, denota a abertura de espaço para o crescimento de alguma liderança na América Latina, avalia o presidente da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e doutorando em Economia pela UFRGS Aod Cunha de Moraes. "Os interesses geopolíticos cada vez mais transcendem o país ou a região", afirma.

Neste contexto, o Brasil teria vários pontos favoráveis para assumir uma posição de destaque. Em primeiro lugar, há a hegemonia econômica e o peso político que tem na região, seguido pelo fato de ter um presidente eleito recentemente com maioria expressiva dos votos, o que assegura um capital político renovado, de que os países vizinhos não dispõem. "Estes fatores, somados à transição elogiosa do ponto de vista democrático entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula, dão ao Brasil uma vantagem expressiva", diz Moraes. "O sucesso no exercício desta tarefa vai depender da habilidade de Lula para exercer as demandas da região", completa.

A existência de um líder é importante para que os países latino-americanos encaminhem seus distintos interesses de maneira negociada, pois é cada vez mais difícil tratar diretamente com os Estados Unidos. "A postura imperialista norte-americana e o grau de diversidade técnica, associada ao fato de que sua diplomacia é altamente especializada, negociando em separado com os outros países para ganhar sempre, dificulta as relações", afirma o professor do Departamento de Economia da UFRGS e conselheiro da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs) Luiz Miranda.

Em razão disso, a diplomacia no governo Lula segue um novo padrão, não visando à negociação bilateral, mas à pactuação de interesses de bloco. "Dificilmente outro país poderá exercer função equivalente à do Brasil, em razão da sua dimensão geográfica, demográfica e econômica."

Em paralelo, a América Latina tem a expectativa natural de uma liderança brasileira, questão já referida inúmeras vezes pelo presidente Luiz Inácio. "E esta liderança tem sido negligenciada no País em todos estes anos. O Brasil sempre esteve de costas para os vizinhos latinos", afirma Miranda. Conforme o economista, ao fazer uma composição política majoritária de centro-esquerda, de união nacional, Lula está buscando respaldo interno para garantir apoio diante da possibilidade de um enfrentamento internacional autônomo.

De certa maneira, diz Miranda, estariam sendo lançadas as bases para fazer o que Getúlio Vargas fez na década de 30. A partir do Estado Novo, Vargas buscou a composição de interesses entre capital e trabalho, por meio de uma política reformista de inclusão social, conquistando assim o apoio dos trabalhadores e de vários segmentos empresariais para enfrentar o governo norte-americano na guerra. "Lula está tentando fazer o mesmo agora, ou seja, um governo reformista, de ampliação do pacto social, para assegurar uma autonomia internacional."

O presidente da FEE pondera que é sempre positivo para um país como o Brasil pensar além de suas fronteiras. "Porém, esta ampliação dos horizontes tem de ser feita na medida do equilíbrio, para auferir ganhos maiores e não se refletir em isolamento", diz Aod de Moraes.

Ao lado do equilíbrio, a paciência deve também ser a tônica deste processo, conforme a professora Maria Suzana. "A liderança é um fato que se constrói, sendo que esta posição almejada pelo presidente brasileiro deve demorar para se consolidar, pois as iniciativas que ele está tomando podem não ter sucesso", afirma. "Caso seja bem sucedido no âmbito latino-americano, terá ainda de enfrentar a reação dos Estados Unidos, que não vão querer ver sua liderança desafiada."

VANTAGENS

E que vantagens um país teria ao liderar um grupo? A professora Maria Suzana não hesita em responder. "Na prática, não há vantagem nenhuma. Poder político, sim. Passaria a ter mais peso a opinião de Lula, que seria consultado e respeitado como pessoa de grande experiência antes da tomada de alguma decisão." Conquistando a confiança dos países vizinhos, teria apoio garantido ao propor estratégias políticas, bem como atuaria como interlocutor dos latino-americanos com os Estados Unidos.

Para Aod de Moraes, desde que a liderança não se volte apenas à América Latina, podem ser obtidas vantagens substanciais. Entre elas estaria a inserção maior dos países da região no cenário desenvolvido, capitalizando ganhos com o processo de crescimento econômico mundial e com a abertura de mais espaço para exportações.

Mas nem só vantagens poderão resultar da liderança almejada por Lula. Caso este movimento se concretize, custos financeiros também estarão envolvidos. "Um país que quer hegemonia em uma região terá de ajudar financeiramente os vizinhos. Caso o grupo Amigos da Venezuela tenha sucesso, por exemplo, o país governado por Hugo Chávez estará destruído, necessitando de apoio financeiro do Brasil, que liderou o auxílio", diz a professora.

Por outro lado, será difícil explicar por que está liberando recursos para a Venezuela, enquanto internamente a limitação de gastos é crescente. "O discurso é bonito, mas na implementação poderão surgir inimigos, pois os outros países, como o Uruguai e o Paraguai, tendem a querer tratamento equivalente", afirma. "A política internacional é como um jogo de xadrez: as peças são movidas para ter alguma vantagem relativa, mas também alguns custos."

Outro aspecto que tem de ser levado em conta é que os Estados Unidos, provavelmente, não ficarão assistindo passivamente ao crescimento de um líder na região. Caso se sintam ameaçados ou desafiados, os americanos poderão colocar em prática vários mecanismos de pressão de que dispõem, a exemplo da ingerência forte que mantêm no Fundo Monetário Internacional (FMI) e da possibilidade de enrijecimento das negociações em torno da Alca, lembra Maria Suzana.

Já o presidente da FEE acredita que o grau de resistência dos Estados Unidos pode ser diminuído à medida que não se coloque oposição total quanto à discussão em torno da Alca. "Enquanto for mantido um grau de flexibilidade no discurso inicial sobre a área de livre comércio, os americanos tendem a não influir neste processo."

VENEZUELA

Embora esteja no centro da construção, ou quem sabe, da consolidação da liderança brasileira na América Latina, a questão venezuelana é emblemática. A crise política e econômica que abala o país vizinho, mergulhado em uma greve geral que completou 60 dias no fim de janeiro, desencadeou uma postura pró-ativa do governo brasileiro, que assumiu a montagem e coordenação de um grupo de países em defesa de uma saída diplomática para o caso.

Iniciada em 2 de dezembro passado, a greve visa a pressionar o presidente eleito, o tenente-coronel da reserva Hugo Chávez, a renunciar a seu mandato, iniciado em 1999, ou a convocar imediatamente um plebiscito sobre a antecipação das eleições, diante da expansão da pobreza e de acusações de autoritarismo do governante.

Com o apoio da Central de Trabalhadores da Venezuela e da Fedecámaras, organização que congrega o empresariado local, a greve paralisou as exportações de petróleo do país, quinto maior exportador mundial de produto. Como a exploração do petróleo corresponde a 80% das divisas e constitui a principal atividade econômica da Venezuela, a economia praticamente parou. Escassez de alimentos e combustíveis, bem como manifestações de apoio ou de contestação a Hugo Chávez passaram a fazer parte do dia-a-dia dos venezuelanos. O preocupante nesta história é que em abril de 2002 um movimento semelhante levou ao golpe que culminou com a deposição do presidente por 48 horas, resultando na morte de dezenas de manifestantes.

Frente a esta instabilidade, no final de 2002, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, em fim de mandato, decidiu ajudar o país vizinho enviando um navio com 520 mil barris de petróleo. Logo em seguida, ao completar duas semanas de governo, Lula viu concretizada sua proposta de formação do Grupo de Amigos da Venezuela, organizado com o fim de mediar o conflito. Esse grupo, composto pelo Brasil, Colômbia, Equador, Bolívia, Peru, Chile, México, Espanha, Portugal e Estados Unidos, com a chancela da Organização dos Estados Americanos (OEA), busca encontrar uma saída com a negociação entre o governo e a oposição, em concordância com as normas constitucionais.

A iniciativa brasileira, considerada intervencionismo pela oposição venezuelana, tem uma peculiaridade significativa: esta é a primeira vez, em várias décadas, que uma ação política americana foi decorrente de uma ação política brasileira, lembra Luiz Miranda. "A iniciativa do Itamaraty, sob o governo Lula, pautou a conduta política dos Estados Unidos que, apesar de querer manter o controle da situação, ficaram em situação difícil. Isso porque, se não entrassem no Grupo dos Amigos, seriam inimigos, o que faria com que perdessem espaço e poder".

Para Moraes, o ingresso dos Estados Unidos no Grupo de Amigos é importante por representar o contraditório. "Se o grupo é formada apenas por pares, as decisões perdem credibilidade. Além disso, os Estados Unidos são o maior importador de petróleo da Venezuela", afirma o economista.

A professora Maria Suzana salienta que é importante distinguir que o Brasil está apoiando um presidente eleito constitucionalmente, ou seja, está defendendo a democracia, sem discutir se Hugo Chávez está certo ou não. "A preocupação é de que não haja ruptura da democracia, pois, caso isso aconteça, a Venezuela não poderia conviver no Pacto Andino e no Mercosul, que são tratados com cláusula democrática", afirma ela, em referência à exigência de manutenção da democracia para que um país se habilite ou se mantenha associado a um destes blocos econômicos.

Aparentemente, Lula tem conseguido conduzir as negociações sem despertar a ira dos Estados Unidos. Porém, se o Grupo de Amigos romper, a iniciativa terá sido um fracasso, o que tende a desestabilizar esta busca da liderança. Maria Suzana lembra que a situação é mais complexa do que se imagina, pois há vários jogadores nesta disputa. Além de Lula e de Hugo Chávez, há multinacionais, bancos e a própria indústria de petróleo que podem ter seus interesses afetados conforme o desenrolar do caso.

A conquista da liderança na América Latina não é meta exclusiva de Lula. Fernando Henrique Cardoso buscou o mesmo com a tentativa de aproximação dos países integrantes do Mercosul com os do Pacto Andino, bem como por intermédio da realização da Cúpula dos Presidentes dos Países Ibero-americanos. O presidente argentino, Eduardo Duhalde, também procurou FHC em várias ocasiões, pedindo que intercedesse em seu favor junto ao FMI e aos Estados Unidos. "A diferença, aparentemente, é que o Itamaraty agora está adotando uma postura mais dinâmica", avalia Maria Suzana.

Por outro lado, a administração Fernando Henrique foi muito influenciada pelo cenário de enfrentamento internacional e pela preocupação com a estabilidade. Contudo, afirma Moraes, as economias mais abertas e a necessidade da tomada de decisões que transcendem à economia, a exemplo da Alca e do Protocolo de Kyoto, estão exigindo um posicionamento mais contundente dos países, movimento que pode desembocar no surgimento de novos líderes regionais. (**ER**)

BLOCOS ECONÔMICOS

MERCOSUL

Integrantes:
Brasil
Argentina
Uruguai
Paraguai

PACTO ANDINO

Integrantes:
Colômbia
Peru
Equador
Venezuela
Bolívia

ALCA

Composição:
34 países do continente americano que integram a Organização dos Estados Americanos (OEA)
– à exceção de Cuba

UFRGS Jornal da Universidade

SERGIO FERREIRA

"O que se tem que ensinar é ensinar a aprender"

Sérgio Ferreira é médico e pesquisador. Atualmente é professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. De 1995 a 1999 foi o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Também dirigiu o Instituto Nacional de Controle de Qualidade da Saúde e a Fundação Oswaldo Cruz. Fora do Brasil foi diretor de pesquisas da empresa farmacêutica britânica Wellcome, de 1971 a 1975. No final de janeiro esteve em Porto Alegre e, nos dias 28 e 29 de janeiro foi conferencista no Fórum Social Mundial. Em um intervalo dos seus compromissos encontrou-se com Clovis Ott e Jacira Cabral da Silveira do JU, e, durante uma hora e meia, conversou, entre outros assuntos, sobre inovação, o estágio atual do ensino no Brasil, efeitos do neoliberalismo e das globalização e estratégias de desenvolvimento. E, fundamentalmente, um homem bem humorado. Mas tem também a capacidade de transformar-se, rapidamente, em um crítico particularmente ácido quando, na sua opinião, o assunto se presta para tal. Uma de suas críticas mais fortes é aos métodos do ensino superior que se pratica hoje no país.

FOTOS RICARDO DE ANDRADE

"A idéia de que o indivíduo sai pronto da universidade caiu. Sai culto, porém burro. Preferimos que saia inteligente, mesmo que com menos conhecimento."

Jornal da Universidade – Vamos começar falando sobre um dos assuntos preferidos no momento: a inovação tecnológica?

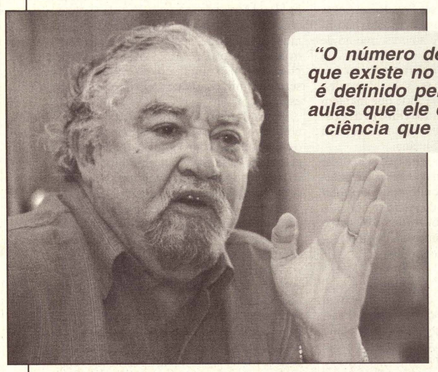
Sérgio Ferreira – Vamos. Primeiro, sobre a necessidade da pesquisa básica para se fazer a inovação e, segundo, como se transfere da universidade, dos centros que fazem o conhecimento básico, para os grupos que necessitam novos processos ou novos produtos. Inovação é aquilo que, em geral, dá patente, um produto novo com processo novo. O conhecimento não dá patente. O conhecimento é feito pela teoria, pelos paradigmas. Os conceitos são feitos dentro da universidade. O conhecimento que é feito dentro da universidade vai ser utilizado, ou a própria indústria faz novos conhecimentos. As grande indústrias produzem conhecimentos novos.

JU – A resolução desse problemas começa com o estabelecimento da *Sociedade da Informação*? E esta "sociedade" existe, realmente ?

Ferreira – Sim. A *Sociedade da Informação* se estabeleceu ao longo dos anos 80 e no início da década de 90, com a transferência, em larga escala, da produção industrial para o Sul dos Estados Unidos, onde a mão de obra era barata. Isto se enquadrou na evolução das políticas econômicas neoliberais: privatizações, comércio "livre", desregulamentações e ajustes estruturais sociais. Foi uma invenção das necessidades capitalistas da globalização e de seus governos. Ao mesmo tempo em que houve um crescimento do acesso a serviços de informação em muitos países do Sul, este ficou restrito a áreas urbanas e a regiões de mercados mais lucrativos. A maioria da população ficou do lado menos privilegiado de uma crescente *brecha digital*.

JU- O senhor detalharia diferenças entre a *Sociedade da Informação* e a *Sociedade do Conhecimento*?

Ferreira – Não há, propriamente, diferenças. Diz-se é que não existe um único modelo de *Sociedade da Informação,* mas muitos. Agora, ela está sendo rebatizada como *Sociedade do Conhecimento.* Porém ainda não se sabe se a *Sociedade do Conhecimento* pretende ou pode diminuir a *brecha digital*. Mas, apenas a difusão de conhecimentos práticos ou teóricos não capacita uma sociedade a entrar nos mercados competitivos. É preciso mais do que isso.



"O número de professores que existe no departamento é definido pelo número de aulas que ele dá. Não é pela ciência que ele produz."

JU – Não é aí que entra a inovação? A universidade não teria que cumprir o papel das empresas em relação à inovação?

Ferreira – A universidade transfere o conhecimento que já existe na educação do estudante. Mas essa transferência pode ser feita pura e simplesmente por indivíduos que jamais realizaram pesquisa, por setores que jamais estiveram envolvidos. Só que a qualidade dessa transferência é questionada. Para participar do mercado globalizado é necessário criar conhecimento, desenvolver novos processos de produção e produtos de grande agregação de valor. Está provado que este salto qualitativo é impossível sem ciência básica e inovação tecnológica. A quantidade de conhecimento, em qualquer área, é muito grande. O que se tem que ensinar é ensinar a aprender. Para ensinar a aprender é necessário saber como se produz conhecimento via processo científico. Segue-se a visão do objetivo.

JU – E o que define o objetivo?

Ferreira – O objetivo é o somatório das intersubjetividades. Para isso há um método científico, mais estatístico, que ajuda as subjetividades a encontrar o mesmo caminho que foi encontrado com a demonstração teórica para aquele conhecimento, com bases em paradigmas. Essa atividade de procurar o conhecimento implica na existência da curiosidade, no respeito não muito grande pelo dogma, pelo que o professor disse. A procura pelo conhecimento não aceita dogmas e o conhecimento pode ser dado pragmaticamente. Não se tem mais que ensinar tudo. A idéia de que o indivíduo sai pronto da universidade caiu. Sai culto, porém burro. Preferimos que saia inteligente, mesmo que com menos conhecimento. Ele pode adquirir o conhecimento depois, por ele mesmo, na medida em que necessitar para a sua atividade profissional. É essa a idéia. Várias vezes no mundo, inclusive na educação, se tenta inventar a roda, e a roda já foi inventada.

JU- Ao dizer que "não se tem mais que ensinar tudo", e que "ele pode aprender depois, por ele mesmo", o senhor estabelece uma diferença entre os conhecimentos científico e informal, ou na sua produção?

Ferreira – Sim. Se, no caso do informal temos um organizador de conhecimento (o computador) que é uma proposta, onde há perguntas, no caso de um conhecimento tecnológico o organizador é a resultante do processo. É produto de um processo de desenvolvimento. Embora seja possível usar os mesmos procedimentos de experimentação (ensaio e erro) é diferente da visão de como se realiza. Muita gente acha que fazer ciência básica é mais simples do que fazer desenvolvimento tecnológico. Isso não é verdade.

JU – Como jovens criados apertando ou girando botões mecanicamente para ver televisão ou manejar video-games, vão compreender e aceitar essa nova ordem de não receber tudo pronto do professor, mas que devem procurar o seu próprio conhecimento?

Ferreira – É preciso que haja uma mudança de atitude. Acontece que as crianças de hoje já estão achando, pouco a pouco, que a galinha nasce com celofane. Numa matéria publicada pela Folha de S. Paulo as crianças dizem que o ovo, simplesmente, sai da prateleira do supermercado. As pessoas estão perdendo a noção de como as coisas são feitas. Aí não se tem mais critério, inclusive de julgar qual é o produto melhor. O produto melhor, então, passa a ser o mais caro. Desaparece qualquer critério de análise, inclusive daquilo que se usa. Quem deveria ajudar a pensar não tem crítica sobre a realidade em que vive.

JU – A escola fundamental já vem sofrendo uma transformação e permitindo que as crianças a questionem. Com isso elas formulam hipóteses, fazem suas perguntas. Por que dentro da universidade isso não acontece?

Ferreira – A universidade é, esquizofrenicamente, científica. Talvez nas crianças esta transformação já tenha começado a ocorrer numa fase um pouco tardia. Deveria iniciar no pré-primário. A criança, hoje e de um modo geral, já está começando a ser triturada na escola primária. Antes, ela já foi triturada pelo analfabetismo científico cultural da população. E já começa a ter suas crenças muito mais importantes do que a sua observação. Isso vai, pouco a pouco, tirando a pergunta da criança. Já está tudo pronto, tudo escrito. E quando aparece um produto novo, ela nem sabe o que é. Se é mais caro, é o melhor. Mas por que é o melhor, não sabe dizer.

JU – Um aluno chega na faculdade com esta falha na sua formação. Não é aí que entra a Universidade como a principal produtora de conhecimento?

Ferreira – Para isso temos que mudar, radicalmente, nossa visão de ensino. Temos que preservar a curiosidade, a capacidade de indagação, ensinar a aprender. Ensinar crianças, jovens e adultos a aprender e não sufocá-las com montanhas de conhecimentos técnicos e científicos, como fazemos em nossas faculdades, onde são dadas montanhas de matérias para os professores justificarem seus salários e as universidades justificarem seus currículos. Por sua vez, o "cursinho" é a máquina trituradora mais aperfeiçoada que existe. Ele dá uma enorme massa de conhecimento apenas para se responder perguntas de vestibular. Não forma o indivíduo. Quando o aluno entra na universidade encontra os pesquisadores. E, junto com eles, o ensino, que na universidade precisa ser repensado. Muitas vezes as pessoas pensam que o ensino é linear. Mas não é, e o aprendizado também não. Você aprende uma coisa, outra, desaprende aquilo, depois reaprende... é necessário aprender. Ao ensinar, ao se colocar uma pessoa ao lado daquele que faz ciência, (fazer ciência é um artesanato do pensamento) se faz com que ela aprenda a juntar fatos, a contar uma história, a parar quando existe uma porta fechada, que é necessário ser aberta, e lhe proporciona meios para que ela saiba como abri-la. O fundamental dentro da ciência é aprender, contar uma história com fatos. Procurar os fatos para poder melhorar a história. E cada fato tem as suas origens, ou a sua lista de referência, que poderá ser procurada se alguém quiser desenvolver e enriquecer este fato.

JU – Qual a relação entre a expressão "ensinar a aprender" com o "analfabetismo científico da população", também usada pelo senhor?

Ferreira – Não só analfabetismo científico da grande população, mas também dos nossos educadores, políticos e economistas tipo Malan. Não existe a direita ou a esquerda do Malan. Ele diz que quando se quer ciência ou tecnologia, se compra. Só que essa tecnologia não permite a inovação. A inovação já foi feita no momento em que a máquina foi construída. Ao comprar a máquina, apenas nos adequamos ao mercado. Comprar tecnologia não é inovação. Como fazer controle de qualidade também não. É obrigação. O grande problema é saber transformar o conhecimento que se tem do produto, em processo. Por isso somos subdesenvolvidos. Não sabemos fazer isso. Nós, países do Terceiro Mundo, sabemos plantar. Mas nós também temos capacidade. Fazemos a melhor soja do mundo, o melhor aço, temos o melhor sistema de procura de petróleo em águas profundas, tivemos a melhor rede de informática. No caso dos bancos, tivemos a melhor rede elétrica de distribuição do mundo. O neoliberalismo, na medida em que foi eliminando coisas, secando, particularizando, fez com que se perdesse a noção do grande, do conjunto. As fábricas nacionais que apresentavam novidades, sumiram. O telefone, hoje, é comprado da Espanha, da Itália, mas não é mais do Brasil. A rede elétrica, os aparelhos que, antes, eram feitos pelas indústrias do Rio de Janeiro, hoje são importados diretamente da França. Ao fazer a nossa "abertura de mercado" com a idéia de que íamos melhorar a qualidade do setor, acabamos com a indústria brasileira e, possivelmente, com os empregos. Hoje se morre de fome em algumas províncias da Argentina e do Brasil. Mas lá, como aqui, há excedentes de alimentos. A Argentina tinha erradicado o analfabetismo. E daí? Perdeu grande parte dos seus melhores cientistas e não tem capacidade de inovação tecnológica. Estávamos no caminho de que aqui acontecesse o mesmo, mas será que saímos do fosso do analfabetismo científico?

JU – Há alguns anos o Brasil e a Coréia estavam no mesmo patamar de desenvolvimento. A que o senhor atribui o avanço da Coréia em relação ao Brasil?

Ferreira – A Coréia teve uma política de desenvolvimento tecnológico. Eles puxaram os bancos para investir e a indústria de lá passou a produzir. Aqui, enquanto a indústria de medicamentos for, pura e simplesmente, embaladora de droga para vender, como produto de marca ou genérico, não faremos as drogas que precisamos para um país subdesenvolvido. Os grandes não estão interessados nesse mercado. É um mercado pequeno. Nós somos o sétimo mercado de medicamentos do mundo porque temos

"Nós não sabemos é fazer a pontuação do professor universitário pelo fato do corporativismo dos professores não permitir dizer quem errou, quem não errou. Esse corporativismo não permite julgar o professor."

concentração de poder econômico numa burguesia que é do tamanho da Inglaterra.

Isso sempre foi assim, até na invenção da patente. Porque quando ela foi inventada se dizia que produto natural não permitia patente. Só se fosse definido o seu uso, cientificamente. Mesmo assim teria que se isolar o princípio ativo. Um dos problemas que existe no produto natural é que nunca se sabe o que ele contém. Tomar um chá uma vez é uma coisa; tomar o mesmo chá no verão, é outra. O produto natural é muito difícil de ser controlado.

JU – Na universidade, se valoriza o professor pelos textos que produz, pelas suas publicações. A patente desse professor é, igualmente, valorizada?

Ferreira – Sim, é. Nós não sabemos é fazer a pontuação do professor universitário pelo fato do corporativismo dos professores não permitir dizer quem errou, quem não errou. Este corporativismo não permite julgar o professor. Se você for diretor ganha mais, se for chefe de departamento ganha mais e incorpora no salário para a aposentadoria. Mas, se for um professor da maior classe do Brasil, inclusive Prêmio Nobel, não ganha um tostão a mais por isso. Não existe o reconhecimento do mérito. Isto é questionável na medida em que também se faz o mérito pela carteirinha partidária. Se julga o cara bom se ele é do partido. Aí os critérios para ser considerado bom é que serão julgados. Eu, por exemplo, tenho patente, duas ou três, feitas na universidade, no meu laboratório aqui e com o químico na Europa. Foi tudo feito por fax. O químico estava no lugar correto, na Europa. Mas eu não tinha as máquinas, aqui, no meu laboratório.

JU – Isso não desestimula o professor?

Ferreira – Atualmente existe a idéia de que, se ajudou patente, o cara tem uma visão. Ninguém, dentro de uma universidade é contra o fato de que o indivíduo desenvolva conhecimentos tecnológicos. O problema é que não se desenvolvam os estudos básicos.

JU – E por que é assim?

Ferreira –Porque muitas vezes o professor tem que disputar um currículo e já está engessado nisso, portanto tem que ser dado. Outras porque tem que explicar o seu número de horas. O número de professores que existe no departamento é definido pelo número de aulas que ele dá. Não é pela ciência que ele produz. O departamento raramente é qualificado pela ciência que o professor produz. É classificado pelo número de horas-aula que dá para os estudantes.

JU- Isto quer dizer que, na universidade, o departamento é mais importante que o professor?

Ferreira – Em virtude da "democratite departamental" que não é democracia departamental, é uma questão de eleição. E a eleição departamental não evoluiu. É extremamente corporativa nas universidades. Tanto nas de São Paulo como no resto do Brasil. E, em geral, os "coçadores" têm mais tempo de fazer política do que os que estão trabalhando. E a tendência, é ir para baixo e não para cima. Ninguém chama para um departamento pessoas de maior calibre do que ela. E o sistema não tem a possibilidade de indicar indivíduos para um departamento. Então, a tendência teórica, em virtude da democracia departamental, é piorar sempre. A visão do departamento como a coisa principal, e não a visão do ensino daquela unidade, a ciência, leva à mediocrização. Principalmente porque a meritocracia não é apoiada pela própria universidade. A universidade é que tinha que dar bolsa de meritocracia, não o CNPq. Não precisava muita coisa. Reconhecimento é o importante. Falta, dentro da nossa universidade, o respeito pelo mérito.

JU – O desenvolvimento tecnológico é assunto da universidade ou da indústria?

Ferreira - O desenvolvimento tecnológico tem que ser feito pela indústria, porque é segredo. O conhecimento tecnológico não é contado. Durante muito tempo se fez aço, e ninguém sabia que se fazia aço. Vários segredos tem sido segurados na caixa preta. Só que não pode se fazer segredo dentro de uma universidade porque é aí que se está formando gente, formulando teses etc.. Escrever uma tese em sigilo, é polichinelo dizer que pode fazer uma defesa de tese em sala fechada. A coisa permeia. Um laboratório industrial tem várias portas. Para chegar lá dentro, onde está se produzindo um conhecimento, é muito difícil. Há até o grande problema do conhecimento dos grandes laboratórios ficarem fechados nele mesmos. Acabam sendo vendidos por outros. Eles nunca passam para o público alvo. Ao contrário do conhecimento da universidade, que é passado para o mundo. É dado de graça. Saber utilizar esse conceito do conhecimento é que é o pulo do gato. Aí vem o problema da indústria ou do país, que precisa ter uma política de estratégia de desenvolvimento bem definida.

JU – Alguma vez o Brasil teve esta estratégia?

Ferreira – Sim, de Getúlio até os milicos. Depois, quando abriu o mercado, acabou a visão do nacionalismo. Por mais besta que tenha sido, pelas besteiras que fez, por corrupção do próprio governo, a questão da informática não foi tratada aqui como foi na Coréia. Aqui se montou aparelhos, não se fez. Lá se desenvolveram aparelhos. Aqui se desenvolveram os *softwares,* mas não os aparelhos. Aqui não se desenvolveram automóveis, nem os motores. Se montaram automóveis. Em compensação aqui se fizeram coisas de eletricidade, fibra ótica, teorias e avanços técnicos que melhorou a performance da Petrobras.

JU – Se falarmos de qualidade...

Ferreira – Existe um problema razoavelmente sério que evita de se dar o salto qualitativo, inclusive, de qualidade de ensino: uma visão, que muito freqüentemente existe, e parte das engrenagens partidárias. Se coloca na estrutura universitária, ou nos sistemas dos governos centrais, pessoas com carteirinha. Não são, necessariamente, pessoas que entendam, mas que, freqüentemente, perderam a eleição. Têm o poder político mas não têm competência. Isso podemos ver no nosso Ministério, lá em cima. Nós temos vários problemas: a indústria não permite a inovação e o conhecimento, e a formulação das políticas é feita por incompetentes.

JU – E onde ficaram os competentes na hora da formulação dessas políticas?

Ferreira – Os competentes ficaram por aí, pelo Brasil. Pegando o Rio Grande do Sul como exemplo: existiu a Fapergs que estava indo muito bem. De repente, no fim do governo, mataram a Fapergs para fazer uma universidade estadual. Isso acabou com um grande salto qualitativo de produção de indivíduos extremamente competentes em pesquisa que estava existindo no Rio Grande do Sul. Dizem que a pesquisa só é feita no Rio e em São Paulo. Mas o resto não quer fazer pesquisa, não se protege para fazer pesquisa. Isso não é só coisa da esquerda, mas da direita também. Em Minas Gerais a direita está fazendo isso. É divisão partidária. O primeiro dinheiro que se corta é o da ciência e do desenvolvimento tecnológico, porque isso não dá marketing político, não dá lucro político em tempo zero. Daria lucro político depois de um certo tempo quando você já não é mais a pessoa que está lá no poder. Então o que não dá lucro aqui e agora não interessa ao político. Se o capitalista funciona com lucro máximo com tempo zero, o político funciona com lucro político em tempo zero. Lucro social não interessa ao político.

"Se coloca na estrutura universitária, ou nos sistemas dos governos centrais, pessoas com carteirinha. Não são, necessariamente, pessoas que entendam, mas que, freqüentemente, perderam a eleição."

JU – Que áreas do conhecimento deveriam ser incentivadas em função desse novo país que está sendo proposto?

Ferreira – As áreas vão ser incentivadas na medida em que se está formando pessoas num mercado de ensino ou num mercado de produção necessário à sociedade, ou para produtos ou para processos. O que deve ser feito depende da visão política que o país assume. Hoje uma coisa importante é o estudo da miniaturização. Para isso tem que se trabalhar com circuitos pequenos. Isso é toda uma ciência, a nanotecnologia, que é extremamente importante. Cabe saber: se a gente tiver a nanotecnologia vai usá-la onde? As pessoas falam freqüentemente que a universidade está desengajada da sociedade porque ela faz coisas puras. Veja por exemplo nos Estados Unidos como as associações são produtivas. Na realidade nos Estados Unidos, menos de 3% de projetos são comuns entre a universidade e a indústria. As pessoas saem da universidade e montam uma indústria. Quando monta uma indústria de uma determinada coisa, ela já sabe que a IBM vai usar, já tem mercado para aquele produto, ela desenvolve uma coisa que arrebenta o sistema antigo e faz. Tenta fazer isso no Brasil se não tiver uma indústria certa para usar o teu produto. Uma grande desgraça para o Brasil é a existência do Porto Livre de Manaus, que não faz coisa nenhuma. Isso é uma corrupção intelectual brasileira.

JU – É possível acabar com essa "grande desgraça"?

Ferreira – É, sim. Fecha. Põe taxas. Mas isso vai ser difícil porque o que tem de deputado ganhando dinheiro nisso... não é o povão ganhando dinheiro. Aquilo lá não produz muitos empregos. São só montadoras. Foi exatamente esse negócio que fizemos quando quisemos a substituição da importação. Foi penoso. Nós não fazíamos aparelhos, nós importávamos pedaços e montávamos.

JU – O senhor acha que com esse otimismo que está aí vai mudar alguma coisa?

Ferreira – A possibilidade de não mudança é muito maior que a de mudança. A engrenagem partidária, vai escolher no processo político partidário os indivíduos para que o sistema permaneça igual. E esse sistema não está mais na mão de quem se quer, mas de um sistema mundializado, globalizado.

JU - Então estamos diante de um blefe?

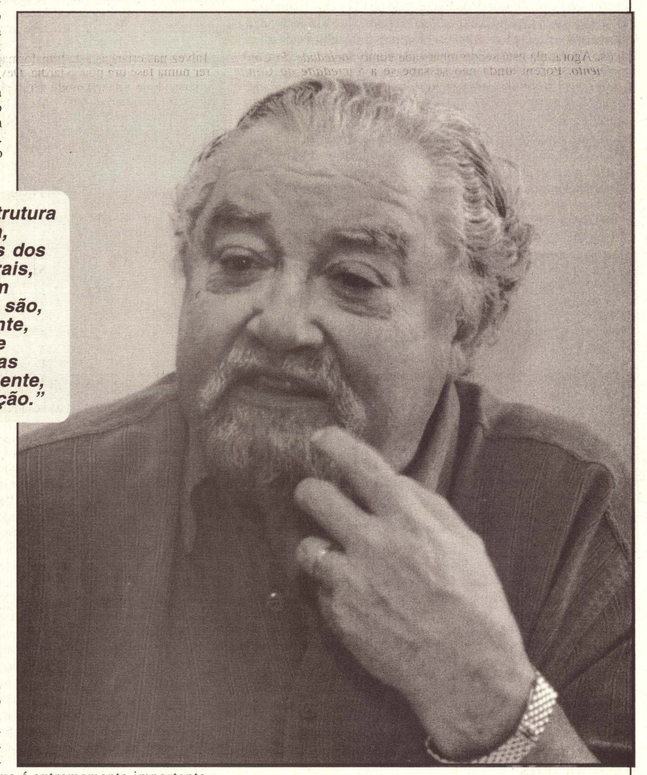
Ferreira – Na verdade podemos estar diante de um blefe historicamente muito importante se num determinado momento for posto em prática o sistema partidário. Os partidos são engrenagens que escondem os políticos. Não existe liberdade de pensamento dentro do partido. Você não pode pensar. O partido pensa por você. Tinha que acabar o direito do partido escolher quem será candidato. Porque o candidato teria o direito do querer ser e escolher a sua política. Eu estou a procura de um sistema de liberdade.

JU –Nessa fase que se apresenta agora, o que o senhor procura ver?

Ferreira – Eu tenho um templo chamado *Templo da Cidadania*, em Ribeirão Preto, em que se reúnem pessoas para discutir o que estamos discutindo aqui. Na verdade, a universidade deixou de ser o lugar de discussão de assuntos que transcendem a sala de aula. Só conversar com universitário não adianta nada. Tem que conversar com industrial, com músico, artista.

JU – Alguma idéia que nasceu lá vingou?

Ferreira – Uma das idéias que vingou foi a de fazer uma escola. Um grupo dentro dos bairros pobres, onde se organiza os meninos para fazerem o que eles quiserem fazer. Você vai vendo o que esses meninos e meninas querem e promove o processo. As meninas querem aprender balé clássico, os meninos querem aprender tocar violão. Todos eles querem aprender inglês e computação. E tem meninos e meninas que brincam de capoeira. Se arranja professores que dão aula de graça. O projeto já tem seis anos. Na medida em que o projeto foi se firmando acabou a delinqüência no bairro.



JU – O objetivo era esse?

Ferreira – O objetivo era a cidadania. Eles assumiram a sua própria responsabilidade e encontraram o que fazer. A cidade perdeu o espaço "rua". Assim como na universidade se perdeu o espaço do porão, onde todo mundo conversava e de onde sairam grandes coisas políticas. Isso acabou. Hoje se entra na aula e vai embora. O espaço educacional da população sempre foi a rua, e a rua sumiu, ninguém mais joga futebol na rua. Na verdade a imagem que os estudantes fazem, a imagem que ele faz de si próprio, a imagem que a faculdade tem para dar a todo mundo, inclusive para a sociedade é que o indivíduo chega lá e tudo que ele fala é verdade. Um professor não pode dizer: "eu não sei isso", "eu não estou entendendo". Senão quebra a mística. Um cientista pode. Porque ele trabalha com erro. O erro está mais perto da verdade do que a conclusão. Quando eu errei significa que alguém acertou. Eu ensino as pessoas a não terem medo de errar. O perfeccionista não pode fazer ciência, porque ele tem medo de errar. O grande professor emérito não pode fazer ciência nunca. Se, de repente, ele erra, tem que esconder o erro.

Governador e ministros visitam a UFRGS e propõem parcerias

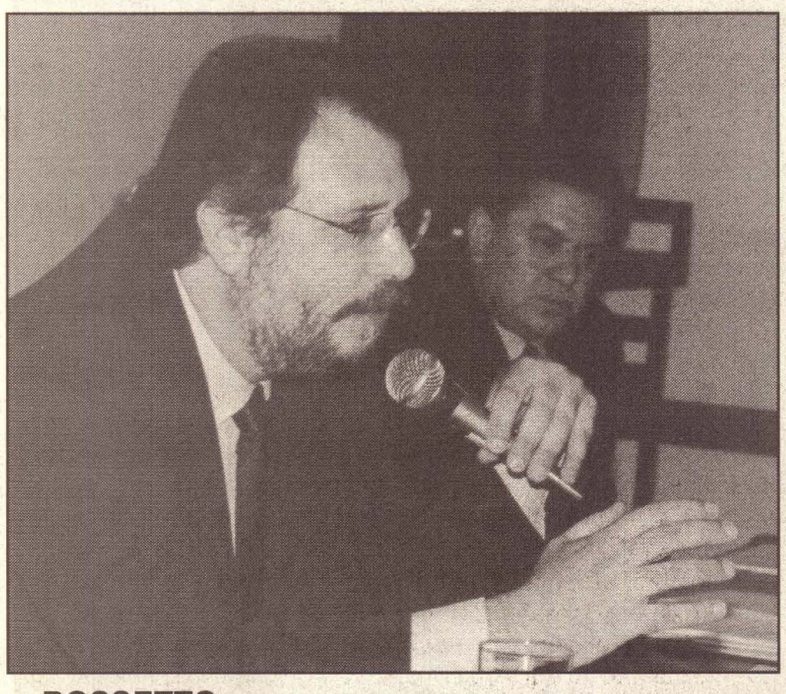
O governador Germano Rigotto e ministros gaúchos do governo Lula visitaram a Universidade, propondo colaboração em diversas áreas. Essas visitas foram consideradas pela reitora como uma demonstração de respeito pela UFRGS.

Durante o mês de janeiro, a reitora Wrana Maria Panizzi recebeu em seu gabinete a visita do governador Germano Rigotto e de ministros e secretários do governo Luiz Inácio Lula da Silva: Cristovam Buarque, da Educação; Roberto Amaral, da Ciência e Tecnologia; Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário; e os secretários com *status* de ministro Tarso Genro, do Desenvolvimento Econômico e Social; e Emília Fernandes, da Secretaria Especial de Política para Mulheres. Wrana também recebeu mensagens do ministro das Cidades, Olívio Dutra; e da ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff. Os ministros da Educação e da Ciência e Tecnologia deram entrevista que será publicada no próximo número do Jornal da Universidade.

FOTOS RICARDO DE ANDRADE

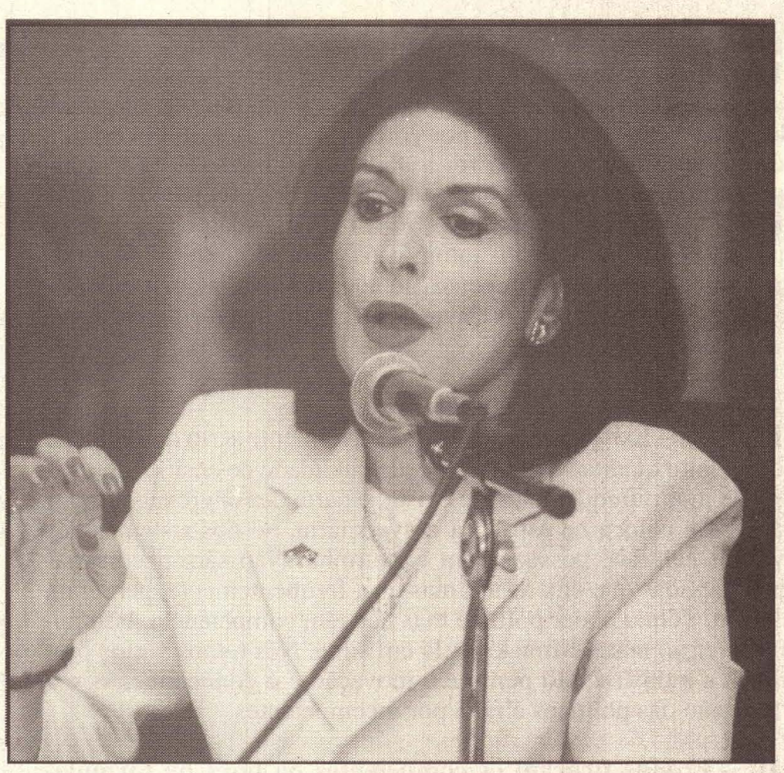
TARSO

O secretário do Desenvolvimento Econômico e Social Tarso Genro foi recebido pelos pró-reitores e também por professores e pesquisadores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, especialmente os da área de Ciências Políticas e de Sociologia, e pela direção e professores da Faculdade de Ciências Econômicas. Tarso fez uma rápida exposição do papel que sua secretaria vai ter como articuladora entre os diferentes ministérios e da idéia que tem do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Através desse conselho, representantes de diferentes segmentos da sociedade civil, setor público, setor privado, organizações governamentais e não-governamentais vão ouvir a sociedade sobre algumas questões importantes, entre elas as reformas previstas, especialmente a reforma tributária e a reforma da Previdência. Disse também que, como vai tratar de todas as questões relativas ao projeto nacional de um grande pacto social, gostaria de realizar um trabalho em conjunto com a Universidade. Dias depois da visita, Tarso encaminhou à reitora uma minuta de proposta de convênio entre sua secretaria e a Universidade, que deverá colaborar na construção e acompanhamento desse pacto.



ROSSETTO

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, veio manifestar seu respeito à Universidade, agradecer pelo fato de a UFRGS ter sido representada pela reitora na sua posse, em Brasília, e dizer de sua preocupação em desenvolver a chamada economia solidária e trabalhar com o assentamento de agricultores sem terra. Sobretudo, trabalhar em projetos que visem à elaboração de uma política de fixação e a efetiva integração da população assentada. Ele afirmou que a Universidade, com todo o conhecimento acumulado em desenvolvimento agrícola, desenvolvimento social, economia rural e sociologia rural, poderia muito bem trabalhar nesses projetos de assentamento e manutenção da população nessas áreas. Rossetto afirmou que, embora estivesse recém assumindo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, já estava fazendo um grande levantamento e, até o mês de março, esperava convocar uma reunião de trabalho, reunindo pessoas que atuam especificamente na área.



EMÍLIA

A secretária especial de Políticas para Mulheres, Emília Fernandes, esteve na Universidade para a primeira reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher dentro do governo Lula. Na ocasião, anunciou medidas e estratégias, entre elas a criação do Disque Sáude, que será lançado oficialmente no Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Emília disse que considera importante a realização de um convênio entre sua secretaria e a Universidade, no sentido de trabalhar na área da saúde e dos direitos da mulher e em todas as questões relativas ao tema. Wrana lembra que existe na UFRGS um grupo, liderado pela professora Jussara Prá, que trabalha com a questão de gênero (diferenças entre os sexos que se estabelecem na sociedade).

RIGOTTO

O governador Germano Rigotto foi outra personalidade ilustre a visitar a Universidade. No dia 9 de janeiro, depois de ter estado na Assembléia Legislativa e na sede do Poder Judiciário, e antes de visitar a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Rigotto foi recebido no gabinete da reitora, que o acompanhou ao salão nobre, onde o aguardavam o vice-reitor e os pró-reitores. Na oportunidade, a reitora enumerou os convênios que a Universidade já mantém com o governo estadual. Rigotto reafirmou a importância dessas parcerias e disse que se sentia honrado em poder retornar à Universidade onde havia estudado Odontologia e Direito. O governador demonstrou interesse em continuar o trabalho conjunto que vem sendo feito na área da saúde, na área cultural, na área de formação de professores e especialmente na área da segurança, junto com o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Ficou acertado que o governador proporá, através da Secretaria de Planejamento, uma reunião com pró-reitores e grupos com os quais o Estado mantém convênio para avaliar os trabalhos já realizados e prever e aprofundar futuras realizações conjuntas.

MENSAGENS

Dois outros ministros cujas posses foram prestigiadas pela reitora, enviaram mensagens manifestando desejo de visitar a UFRGS em breve. Olívio Dutra, ministro das Cidades e Dilma Rousseff, ministra das Minas e Energia. Olívio Dutra, enviou mensagem dizendo que gostaria de vir a realizar um trabalho conjunto com a UFRGS em diversas áreas: no desenvolvimento das cidades e em políticas de saneamento e desenvolvimento urbano, tendo em vista a experiência da Faculdade de Arquitetura; na questão de transporte, com a Faculdade de Engenharia; e no setor de sociologia urbana através do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Dilma Rousseff enviou mensagem manifestando o desejo de visitar a Universidade para conversar e discutir parcerias na área da energia alternativa.

RECONHECIMENTO

A reitora Wrana Maria Panizzi considerou que a vinda dos ministros e do governador foi mais que uma visita protocolar, foi uma manifestação de respeito e valorização para a Universidade. "Eles manifestaram o interesse de que a Universidade venha a colaborar com os projetos que vêm desenvolvendo em seus respectivos ministérios e, no caso do governador Rigotto, ficou evidente o desejo de dar continuidade a um trabalho que já vinha sendo feito em colaboração com o governo anterior." Wrana disse ainda que a UFRGS tem condições de aprofundar relações nas diversas áreas, disponibilizando o conhecimento e participando de forma mais ativa em um projeto de governo. "São áreas em que já temos um conhecimento acumulado bastante grande, onde seria muito importante que pudéssemos interagir. Existe, em algumas áreas, grande receptividade e disposição para essas parcerias."

RENI JARDIM

Carlos Roberto Antunes dos Santos (Sesu)

Novos dirigentes assumem Sesu, Capes, CNPq e Finep

Carlos Roberto Antunes dos Santos é o novo titular da Secre-taria de Educação Superior (Sesu), cargo que o ministro Cristovam Buarque considera decisivo para o futuro do Ministério da Educação, pois tem a responsabilidade de coordenar uma mudança no ensino superior. Ex-presidente da Andifes em 2001, quando enfrentou cinco meses de greve no sistema federal de ensino, Carlos Roberto será o responsável pela manutenção, supervisão e desenvolvimento das 52 instituições públicas federais de ensino superior, as Ifes, que hoje compreendem 39 universidades, oito faculdades ou escolas federais isoladas e cinco Cefets (Centros Federais de Educação Tecnológica, que mantém cursos de nível superior).

Na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), assumiu o professor Carlos Roberto Jamil Cury, graduado em Filosofia, mestre e doutor em Educação, professor e pró-reitor adjunto da UFMG, entre outras funções. Uma de suas metas principais é rever o sistema de avaliação dos cursos de pós-graduação. Ele também pretende ampliar o diálogo e a participação da comunidade científica na coordenação.

Quanto à concessão de bolsas, Cury afirma que há um número crescente de solicitações e que o orçamento não tem acompanhado esta demanda. Essa situação é mais questionada por estudantes da área de humanas, descontentes pela desvantagem que têm em relação a outras áreas do conhecimento mais favorecidos com a concessão de bolsas da Capes. Tais questões fazem parte da pauta de providências a serem estudadas pela nova direção.

O novo presidente do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) é o médico e professor Erney Plessmann Camargo, de 67 anos. Cassado pelo AI-1 em 1964, Camargo transferiu-se para os Estados Unidos, onde trabalhou como professor assistente na Universidade de Winsconsin. Retornou em 1970, e durante 15 anos foi professor titular da Escola Paulista de Medicina (hoje Unifesp). Atualmente, é membro do Conselho Técnico-assessor da Organização Mundial da Saúde, diretor do Instituto Butantã e professor titular da USP. Camargo tem mais de uma centena de trabalhos publicados, principalmente sobre malária e doença de Chagas.

A Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep) também tem novo dirigente. É o físico carioca Sérgio Machado Rezende. Ele foi nomeado no dia 11 de fevereiro. Por sua dupla condição de empresa pública e de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a Finep permite a mobilização de diferentes tipos de recursos financeiros: recursos próprios, de terceiros e recursos fiscais de uso no financiamento de atividades ligadas à inovação.

Comunidade européia quer acordos com universidades brasileiras

O Programa Leader (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), lançado pela comunidade européia em 1991, aportou em terras brasileiras em janeiro deste ano. Essa iniciativa comunitária está em sua terceira fase, conhecida como Leader+, e vem buscando parcerias com países de língua portuguesa. O desejo de estreitar os laços com universidades brasileiras e de trocar experiências através da cooperação foi formalizado por uma delegação portuguesa durante um encontro na reitoria da UFRGS.

Estiveram presentes na reunião o consultor na área de comunicação e desenvolvimento local do Programa, Francisco Botelho, diretores e técnicos de cinco associações de Portugal e de nove prefeitos municipais. O grupo foi recebido pela reitora Wrana Maria Panizzi, pelo então presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), professor Mozart Neves Ramos, pelo vice-reitor da Universidade, José Carlos Ferraz Hennemann, e pelo pró-reitor de Extensão, Fernando Setembrino Cruz Meirelles.

Segundo Mozart, um dos grandes desafios para as universidades públicas é encontrar caminhos para a ampliação e disponibilização do conhecimento gerado no campo para as comunidades. "Creio que uma alternativa é criar mecanismos de aproximação com organizações e entidades, tanto no âmbito nacional quanto no internacional", diz. Para ele, além de produzir pesquisa básica, a Universidade deve preocupar-se com as questões sociais. "Ou ela se integra de vez às comunidades, ou perderá espaço", avalia.

Durante sua apresentação, Botelho comparou a cooperação que se pretende estabelecer a uma relação amorosa, pois nunca se pode prever onde ela vai chegar. "A partir desse conhecimento mútuo, é desejável que os conceitos e as práticas das respectivas intervenções possam ser discutidas e questionadas. Depois, se ao longo deste caminho de conhecimento e reflexão se descobrirem iniciativas para implementação conjunta, será ótimo", afirma.

Os primeiros passos para estabelecer a união já foram dados. Até março, um grupo que trabalhará em conjunto com o Sebrae, deverá apontar prioridades e interesses comuns entre as universidades brasileiras e o conjunto de associações portuguesas. Na pauta, constará mobilidade de professores e estudantes, disponibilização de conhecimentos e tecnologias, estágios de curta duração e elaboração de *sites*. Identificada essa agenda, uma delegação brasileira participará em abril de um encontro de cooperação, ainda sem nome, em Lisboa, onde deverá ser formalizado o acordo. "Não tenho dúvidas de que será positivo para os dois lados. Quando se estabelece uma prospecção de cooperação com transparência, definindo pontos focais importantes e, sobretudo, com uma vontade imensa de se trabalhar em conjunto, sempre se ganha e se aprende", diz Mozart.

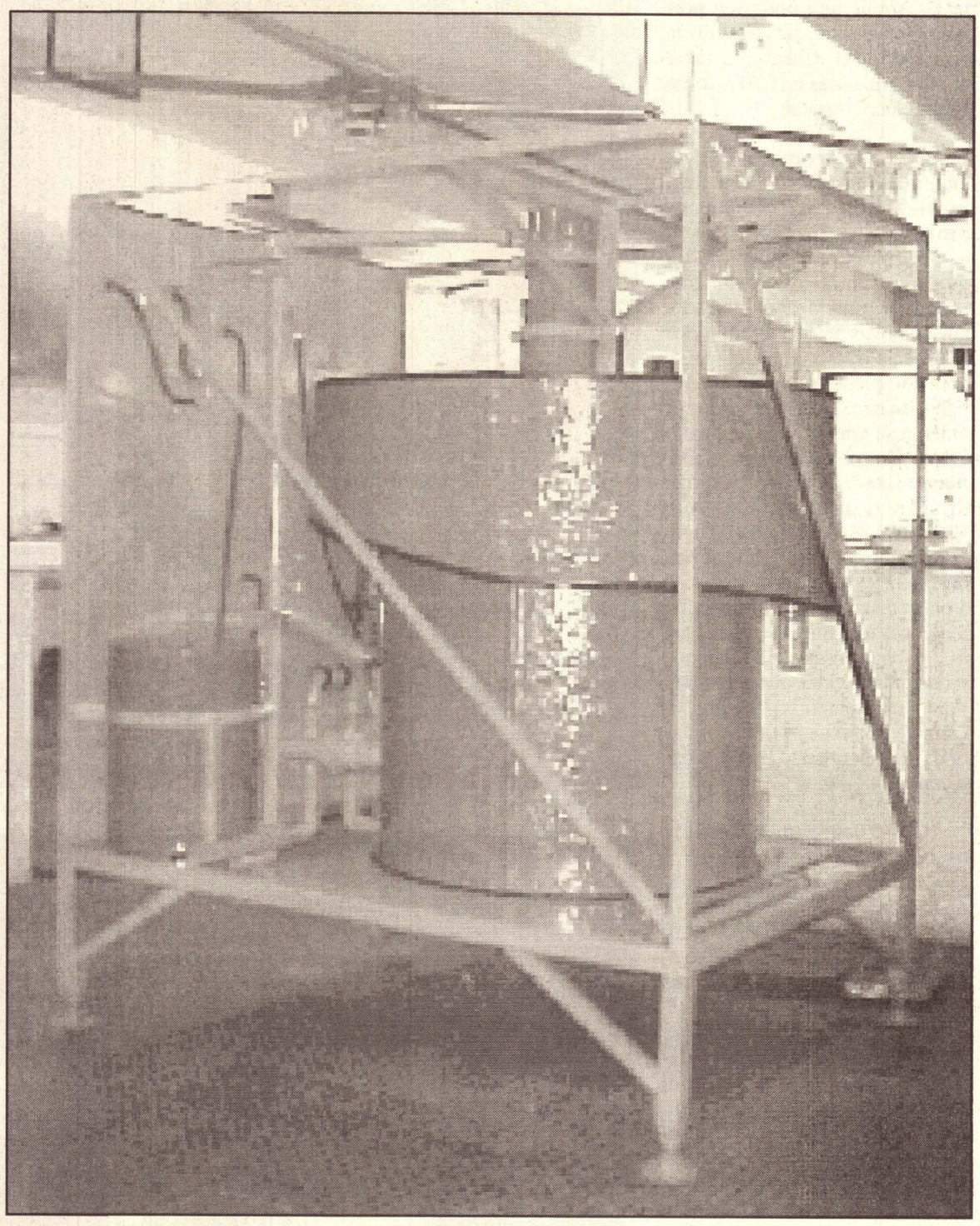
Na avaliação de Botelho, a cooperação se dá num momento importante, porque os integrantes do Programa precisam parar para repensar suas práticas. "A perspectiva de refletirmos em conjunto com as universidades brasileiras é para nós um privilégio", declara Botelho. "Estamos começando um trabalho com um país com o qual temos grandes afinidades e grande facilidade de relacionamento. Nosso único impedimento é o Atlântico, não há outro", brinca.**(CF)**

CAMPUS

Equipamento de lavagem de veículos criado na UFRGS economiza até 80% de água

●CARLA FELTEN
Jornalista

Um professor e dois engenheiros desenvolveram o equipamento no Laboratório de Tecnologia Mineral e Ambiental (LTM) do Departamento de Engenharia de Minas. O invento, que está sendo patenteado, já começa a ser utilizado por empresas gaúchas.



Segundo dados da ONU, em menos de 50 anos, mais de quatro bilhões de pessoas, ou 45% da população mundial, estarão sofrendo com a falta de água. Embora o Brasil concentre 14% das reservas de água doce do planeta, o sinal de alerta já chegou a alguns Estados, como Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte, ao Distrito Federal e já ameaça grandes centros urbanos, como a região metropolitana de São Paulo. O aumento populacional, o uso intenso de água na agricultura e na indústria e o desperdício são fatores que exercem pressões sobre os recursos hídricos disponíveis. Com um olho no meio ambiente e o outro no mercado, um professor da UFRGS e dois engenheiros de minas formados pela Universidade desenvolveram um equipamento e um processo de tratamento e reciclagem de água para lavagem de veículos.

A idéia é de oferecer alternativa a um segmento que consome grandes quantidades de água todos os meses: postos de gasolina, empresas de ônibus e de aviação, transportadoras e revendas de automóveis. Esse invento foi desenvolvido pelo coordenador do Laboratório de Tecnologia Mineral e Ambiental (LTM) do Departamento de Engenharia de Minas, Jorge Rúbio Rojas, e pelos engenheiros Jailton Joaquim da Rosa e Roberto Carlos Beal. O processo de patenteamento vem sendo acompanhado pelo Escritório de Interação e Transferência de Tecnologia (EITT), e o pedido se encontra em exame técnico no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

De acordo com os inventores, o trabalho consumiu cerca de 18 meses e resultou num equipamento que alia praticidade e economia. Feitas as contas, a economia em litros e reais proporcionada pelo equipamento batizado Aquaflot-FF é, para Rosa, a promessa de sucesso na aceitação e comercialização do produto. Uma empresa de ônibus com uma frota de 140 veículos, por exemplo, consome em média cerca de dois mil metros cúbicos de água por mês e desembolsa em torno de R$ 16 mil. Com o novo equipamento, que permite o reaproveitamento de até 80% da água utilizada, as despesas caem para cerca de R$ 4 mil por mês, computados os custos com energia elétrica e os produtos químicos utilizados para a limpeza. "Em quatro meses de uso, já é possível obter-se o retorno do investimento", diz Rosa.

Até agora, foram desenvolvidos três modelos de tamanhos diferentes, com preços que variam entre R$ 15 mil e R$ 34 mil. Para empresas de pequeno porte, o retorno é um pouco mais demorado. Segundo estimativa feita pelo grupo de inventores, os postos de gasolina que oferecem lavagem de carros levariam cerca de 12 meses para recuperar o que investiram. Mesmo assim, Rosa busca alternativas para driblar o problema, como o financiamento do equipamento pelas distribuidoras de combustíveis. "Com isso, as distribuidoras estariam levantando uma bandeira ecológica, reduzindo a emissão de poluentes no meio ambiente e racionando a água. Por que, então, não financiar?", questiona.

De fato, o volume de água hoje consumido é grande. No Brasil, são cerca de 32.700 postos de combustíveis, sendo que 47% encontram-se no Sudeste, 21% no Sul, 17% no Nordeste e 10% na região Centro-oeste. Estima-se que 75% deles têm postos de lavagem. O consumo de água é de cerca de 3 milhões e 700 mil metros cúbicos por mês, o equivalente ao que uma cidade de 600 mil habitantes consome em 30 dias. Em Porto Alegre, são 480 postos de lavagem, incluindo postos de gasolina, empresas de ônibus, transportadoras e revendas de carros.

Incorporar à cultura dos brasileiros o novo método é um desafio a ser vencido. Por se tratar de uma inovação, algumas dúvidas ainda inibem a aceitação. A mais freqüente diz respeito à qualidade da água. Existe o receio neste segmento de que a água reciclada não seja tão eficaz na limpeza ou venha a danificar o veículo. "Estamos propondo aos clientes o uso do equipamento em caráter experimental, por dois ou três meses, para que comprovem a eficácia do produto", diz Rosa. A Varig foi a primeira empresa a testar e, hoje, conta com dois equipamentos em seus hangares. E outros clientes de peso estão chegando. Até o final de março, a Aquaflot Industrial Ltda. - Pesquisa e Desenvolvimento, empresa formada em 2001 por Rosa, Beal e um grupo de ex-pesquisadores do LTM, estará fechando contratos com as empresas de ônibus Sogil, Unesul e Ouro e Prata.

RETRIBUIÇÃO

A Aquaflot e o EITT firmaram em 2002 um contrato provisório que prevê o pagamento de *royalties* de 1% para a Universidade sobre o faturamento bruto com a venda de cada equipamento. Além disso, há um protocolo de intenções assinado entre a Aquaflot e o LTM, garantindo o repasse de 1% do faturamento bruto da empresa para a UFRGS. Conforme Rosa, com o acordo ganham os dois lados. A universidade produz pesquisa básica e tecnológica, mas não chega ao fim da linha, comercializando os inventos ou prestando assessoria técnica. Mas pode estabelecer parcerias com empresas para desenvolver equipamentos aplicados e colocá-los no mercado. Para a Aquaflot, o trabalho conjunto com o laboratório permite a atualização dos conhecimentos e o contato permanente com uma equipe altamente qualificada. "Tudo o que eu e meus sócios aprendemos, foi aqui nesta Universidade gratuita. O repasse dos lucros é uma maneira que encontramos de retribuir."

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRGS faz sucesso entre os usuários

Colocada à disposição em novembro de 2002, já nos primeiros dois meses a Biblioteca, a Digital de Teses e Dissertações da UFRG contabilizou mais de 3.400 acessos aos 685 documentos em texto completo disponíveis.

A evolução dos meios de informação, associada às novas tecnologias, em especial a informática, levam a repensar o acesso aos acervos das bibliotecas. Com isso, encontramos cada vez maior variedade de documentos disponíveis sob forma digital, permitindo seu acesso através da Internet. A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRGS, implantada em novembro do ano passado, tem o objetivo primordial de divulgar a produção intelectual gerada no âmbito da UFRGS, tornando-a acessível universalmente. Ela foi criada a partir de um trabalho integrado do Sistema de Bibliotecas com a Pró-reitoria adjunta de Pós-graduação, o Centro de Processamento de Dados e a Pró-reitoria de Pesquisa.

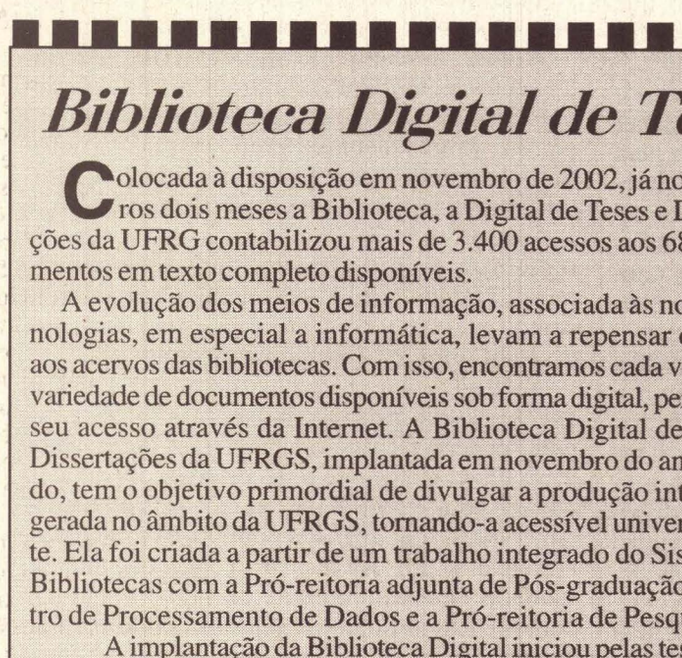
A implantação da Biblioteca Digital iniciou pelas teses e dissertações defendidas a partir de 2001, cabendo aos programas de Pós-graduação providenciarem uma cópia do trabalho em formato eletrônico e a autorização do autor, nos termos da lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o direito autoral. À medida que cada programa obtiver autorização dos autores, será feita a inclusão gradativa dos trabalhos realizados nos anos anteriores. A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRGS insere-se no Projeto da Biblioteca Digital Brasileira do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), devendo a UFRGS integrar o Consórcio Brasileiro de Teses e Dissertações.

As teses e dissertações em meio magnético (disquete, *cd-rom, zip-drive*) são entregues nas respectivas bibliotecas setoriais, acompanhadas do formulário de autorização para inclusão na Biblioteca Digital. Posteriormente são encaminhadas ao Núcleo de Informática da Biblioteca Central, onde os arquivos são convertidos para o formato .pdf (*portable document format*), gravados em um servidor no CPD e inseridos num *link* de acesso ao texto completo no registro bibliográfico do catálogo SABi.

COMO CONSULTAR

A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRGS utiliza como ferramenta de busca seu catálogo *on line* SABi, que reúne as teses e dissertações defendidas na UFRGS, assim como aquelas defendidas em outras instituições por seus técnicos e docentes. Consultas podem ser feitas por autor, título, orientador, assunto, ano de defesa, biblioteca de origem. O texto completo do documento é acessado a partir do campo localização eletrônica, que possibilita a visualização do conteúdo das teses e dissertações de forma integral. Para tanto deverá estar instalado no computador o programa Acrobat Reader, o qual permite a leitura e impressão dos documentos em formato pdf. Cópias de teses e dissertações que estão disponíveis na UFRGS mas ainda não se encontram em meio eletrônico poderão ser solicitadas através dos serviços de comutação bibliográfica.

O acesso à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRGS é feito através do endereço eletrônico http://www.biblioteca.ufrgs.br/bibliotecadigital.



Faculdade de Agronomia da UFRGS: preparando-se para iniciar suas obras de recuperação.

O prédio central da Faculdade de Agronomia da UFRGS foi construído entre 1911 e 1912,numa zona da cidade onde se localizavam antigas fazendas. Apesar da constante expansão e adensamento urbano, permanece até hoje o destaque à paisagem natural, salientando ainda mais o seu caráter monumental.

Embora seja um Patrimônio Histórico preservado, muito de sua beleza e estrutura está sendo perdido pelo tempo, necessitando de uma urgente restauração.

Felizmente, as obras de recuperação estão prestes a tornar-se realidade. Graças, mais uma vez, ao apoio da comunidade, que considera o valor histórico e cultural dos Prédios Históricos da UFRGS.

Agradecemos a todos e solicitamos que continuem colaborando com a restauração. Em breve, a Faculdade de Agronomia estará recuperada.

Entre em contato com a Secretaria do Patrimônio Histórico e faça sua doação:www.ufrgs.br/predioshistoricos ou (51)3316-3018

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Universidade Viva

UFRGS Jornal da Universidade

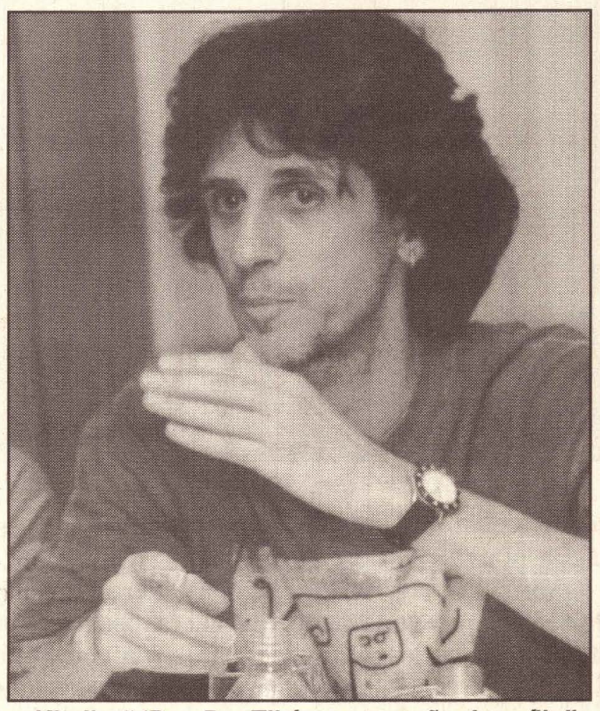
CULTURA

KLEITON E KLEDIR

Os guris de Pelotas, 30 anos depois

FOTOS RICARDO DE ANDRADE

"Quanto mais viajávamos pelo Brasil, mais crescia a consciência de que éramos gaúchos"



Kledir: " 'Deu Pra Ti' é uma canção de exílio"

Kleiton: "A música foi minha tábua de salvação"

Em 1970, Kleiton e Kledir Ramil acharam que Pelotas era pequena demais. E decidiriam que sua formação de engenheiros seria feita na UFRGS, em Porto Alegre. Três anos depois, lideravam a criação do Almôndegas, que inauguraria o pop gaúcho e mudaria suas vidas para sempre. Essas histórias estão registradas nos quatro discos do grupo e nos sete da dupla. Os dois últimos do Almôndegas e os cinco primeiros de K&K foram relançados em CD recentemente. Em dezembro, eles fizeram em São Leopoldo e Porto Alegre os shows de encerramento da temporada 2002 do Projeto Cultural UFRGS/Unisinos. Clóvis Ott e Juarez Fonseca, do Jornal da Universidade, foram ouvi-los com a intenção principal de lembrar dois momentos fundamentais: a descoberta de Porto Alegre e, sete anos depois, do Rio de Janeiro. Mas muitas outras histórias recheiam a entrevista.

JU – Em Pelotas vocês já brincavam com música?

Kledir – Sim, mas em nenhum momento passava por nossa cabeça sermos profissionais de música.

Kleiton – A música sempre foi uma presença forte lá em casa. Nosso irmão mais velho, o Kleber, que é médico em Pelotas, é um cara supermusical. Ele começou a estudar acordeão. E eu, aos oito anos, comecei a estudar violino no conservatório, música clássica. O Kledir pegou o violão lá pelos 10 anos. Nossas irmãs estudavam música, faziam balé, e o Vitor também se interessou por música desde cedo. Kleber tinha um grupo de amigos que viviam tocando e compondo – um dos caras do grupo era o João Alberto Soares, que em 67 ganharia o Festival da Arquitetura, em Porto Alegre. Pirralhos ainda, eu e o Kledir participávamos de festivais que rolavam em Pelotas junto com o Kleber, como cantores. Depois, lá pelos 15, 16 anos, começamos a compor e a participar de festivais com as nossas músicas. Mas era uma curtição de garotos, de turma.

JU – E aí vocês vêm para Porto Alegre.

Kleiton – Vim estudar Engenharia Eletrônica. Sempre fui um cara muito estudioso, primeiro da aula, me dava bem em tudo e escolhia sempre o caminho mais complicado, o que me desafiava. Daí optei por Engenharia Eletrônica. Depois me arrependi, pois descobri que não tinha nada a ver comigo, embora ache bonita a eletrônica. Bom, mas a partir do momento que começamos a fazer música aqui em Porto, e a formar um grupo muito grande, a coisa foi ficando mais séria. E como se podia fazer um curso 2, paralelo, resolvi também estudar música no Belas Artes.

Kledir – Eu fiz dois vestibulares. Em 71 entrei para a Engenharia, em 72 comecei a fazer algumas matérias no Belas Artes, em 73 prestei vestibular para Composição e Regência e fiz o curso inteiro. Mas foi importantíssimo o ambiente que encontramos em Porto Alegre, com uma oferta cultural muito grande. Para nós, guris do interior, morar em cidade grande sempre foi um sonho. Em Pelotas, a única coisa que tínhamos para fazer era ir ao cinema. E como íamos direto, temos uma bela formação básica de cinema. Outro exemplo: na primeira peça de teatro de minha vida eu estava no palco, participando como ator, aos 10 anos. Só vim a assistir teatro mesmo em Porto Alegre. A grande diferença é que aqui tinha teatro para ver, tinha dança, tinha orquestra sinfônica, coisa que também nunca tínhamos visto. Havia milhares de coisas, era um mundo, o que foi muito enriquecedor, nos abriu um grande leque de opções.

JU – Sem falar que em Porto Alegre vocês "caíram na vida"...

Kledir - Estávamos soltos. Se em Pelotas tínhamos um grupinho de amigos, aqui esse grupinho se multiplicou em trezentas pessoas. E nossas festas sempre giravam em torno de música, nas casas dos novos amigos. Tanto é que o Almôndegas surgiria na casa da família Klein, onde nos reuníamos sempre. A Liane Klein, hoje produtora e divulgadora cultural e ainda uma amiga muito próxima, fazia parte de um grupo de cantoras, o Quarteto em Fá. E assim como tinha o grupo dela tinha o grupo dos amigos do Belas Artes. Tinha também o Gilnei Silveira, de Jaguarão, que conheci no pré-vestibular e que estudava Jornalismo; o Kiko Castro Neves, pelotense, meu colega na Engenharia. Enfim, muita gente. O Pery Souza, que como Gilnei e Kiko também foi fundador do Almôndegas, é nosso primo-irmão, se criou conosco. Bom: a partir do conjunto da Liane, a casa dos pais dela se tornou naturalmente um centro de encontros. O seu Bruno e a dona Laura gostavam de música, gostavam da onda e passavam a noite inteira preparando caipirinha para todos. Íamos para lá e ficávamos tocando, tocando, tocando.

Kledir – Só para não perder o fio da meada, quero concluir aquela coisa do ambiente, que foi fundamental para nossa vida. Primeiro a cidade como um todo, e nela o ambiente universitário. A convivência diária no Belas Artes era maravilhosa. Estudavam lá o Pery e o Zé Flávio (que mais tarde entraria no Almôndegas). Lá conhecemos Celso Loureiro Chaves, Paulo Dorfman e tantos outros músicos, era um ambiente estimulante, cheio de novas idéias. Lembro que cada prédio da universidade era um mundo diferente. A Arquitetura tinha seu próprio clima de agitação, a Filosofia outro, o CAD. Cheguei a fazer algumas matérias no CAD, como Expressão Corporal.

JU – Essa combinação de engenharia, música e arte dramática não era muito comum...

Kledir – Começamos a fazer os cursos paralelos exatamente porque o mundo ia se abrindo, coisas novas se ofereciam todos os dias. Fiz também um curso com dois pioneiros do cinema gaúcho. Imagina, eu, apaixonado por cinema, agora estava fazendo um curso. Um dia, no centro acadêmico, vi um cartaz falando em meditação transcendental, com Maharishi Maheshi Yogui. Digo: "Pô, o guru dos Beatles!". Claro que fui fazer meditação com ele, e a partir disso também desenvolvi toda uma relação com meditação e com ioga, coisas que ajudaram a mudar minha vida e que pratico até hoje. Imagina, fazer meditação com o Maharishi. No nosso mundinho de Pelotas, isso jamais aconteceria.

JU – Chegaram a concluir os cursos?

Kleiton – Concluímos Engenharia, mas o de Composição e Regência não cheguei a concluir. Fiz cinco anos e o curso é de sete. Mas também nunca trabalhamos como engenheiros.

JU – Nesse caso, foi dinheiro público posto fora com vocês...

Kleiton – (risos) Na época da faculdade cheguei a trabalhar como desenhista de planta baixa, que é engenharia civil. Eu fazia uma terapia e queria trabalhar para pagar. Foi meu primeiro trabalho.

JU – Por que a terapia?

Kleiton – Porque no final do primeiro ano de Engenharia tive um problema sério de saúde, a síndrome do pânico. Ralei duro. Exatamente aí me dei conta de que estava no caminho errado e a música se transformou em minha tábua de salvação. Foi uma necessidade desesperada de fazer alguma coisa para romper um pouco com a rigidez que eu tinha. Achava que dominava tudo, que podia tudo, e esqueci do meu lado emocional. Admitir que havia escolhido a profissão errada foi uma decisão dura.

JU – Essa época de que estamos falando era o auge da ditadura, governo Médici. Vocês chegaram a participar da política estudantil?

Kledir – Não tínhamos uma consciência política, ela de certa forma foi se formando no ambiente universitário. Lembro que vários líderes estudantis que conheci nos primeiros anos da faculdade foram presos, desapareceram naqueles anos. Mas na verdade nunca fizemos militância, nunca participamos diretamente, estávamos mais envolvidos com a música. E na nossa turma da música, quem tinha mais consciência era o José Fogaça, que sempre foi um cara politizado. Conhecemos o Fogaça no 1º Musipuc, lá por 71. Na época tínhamos a nossa turma, o Fogaça tinha a dele e o Fernando Ribeiro, uma outra. Na turma do Fogaça tinha o Zé Flávio, por exemplo, e as meninas do Bom Conselho... Claro que procuramos nos aproximar muito mais das meninas do que do Fogaça e do Zé Flávio (risos). O Coral do Bom Conselho era uma coisa deslumbrante, visualmente, nem tanto em termos sonoros... (mais risos). A partir dali acabamos fazendo amizade com os outros grupos, e nos integrando, tanto que em 72 fizemos juntos a 1ª Mostra de Música de Porto Alegre, no Theatro São Pedro.

Kleiton – Sobre a questão política, quero dizer que tínhamos consciência do que estava acontecendo, mas existia dentro de nós um processo muito ambíguo. Nossos pais sempre tiveram horror de política profissional. Nos criamos ouvindo falar: "Não se envolvam com políticos". Já era uma coisa considerada meio promíscua na nossa cabeça, que não valia a pena. Por outro lado, sabíamos o que estava acontecendo. Então, nossa saída para a questão política, a partir da convivência com o Fogaça, acho que foi colocar na própria música nossas inquietações. Como nem eu nem o Kledir tínhamos espírito para sair levantando bandeiras políticas, nossa consciência se revelava na área da criação. Bem mais tarde, quando fui morar no Rio de Janeiro, namorei uma jornalista, que era de esquerda e tinha sido presa, e aí realmente aprendi a ver a política como era praticada pelos políticos e pelas pessoas de oposição.

Kledir (rindo) – Tu andou pichando muro, que eu sei... Distribuindo jornalzinho em porta de faculdade...

Kleiton – Minha consciência estava no fato de querer lutar pelos direitos dos brasileiros, de saber que a polícia era treinada pelos americanos para torturar. Depois aprendi isso com muito mais clareza fazendo cursos com professores de História no Rio de Janeiro, fiquei sabendo como a coisa funcionava naquele tempo. Mas acho que foi legal também termos nos preservado um pouco dessa pauleira, com todo o respeito pelas pessoas que morreram. Como eu gostava de estudar, era muito CDF, ficava meio fechado no meu processo intelectual, era uma maneira de escapar disso. Que não recomendo para ninguém, mas era mesmo um processo meu de defesa, de não querer me envolver, baixava a cabeça e queria estudar, compor. Se bem que através do Fogaça a gente cantou temas políticos, como *Viração* e outros.

"A experiência de cantar músicas gauchescas no meio de um show de música popular poderia ter sido rejeitada, quem sabe. Mas aí, para nossa surpresa, nos demos conta de que tínhamos descoberto algo que era bem aceito."

Kledir – No início tínhamos uma ingenuidade pelo fato de sermos garotos do interior. Pelotas era muito diferente de Porto Alegre, como o Rio de Janeiro era muito diferente de Porto Alegre. Quando chegamos no Rio foi que nos demos mesmo de cara com a questão política. Em Pelotas éramos muito crianças, muito ingênuos, e não é que as questões não acontecessem à nossa volta. Tivemos o caso do padrinho do Kleiton, que se exilou no Uruguai, perseguido pela ditadura. Era um parente próximo e morou anos no exílio. Mas não se falava muito disso na família, diziam que o Tio Paulinho teve problemas e estava trabalhando com arroz no Uruguai.

Kleiton – Meu pai, que era amigo dele como um irmão, sofreu muito e isso também ajudou na recomendação para que não nos metêssemos em política.

JU – Falando em ingenuidade, como nasceu o estilo musical do Almôndegas? Foi uma coisa pensada ou espontânea?

Kleiton – Ambas. Primeiro, cantávamos essas coisas do folclore gaúcho de uma maneira descontraída, por lazer. Nas reuniões com a turma, gostávamos de cantar músicas como Minha Carreta, por exemplo. Mas éramos muito urbanos também para sermos só isso. Depois, passamos a incluir essas músicas nos shows e aí acho que houve uma tomada de consciência, percebemos que uma coisa séria começava a acontecer.

Kledir – No início o processo do Almôndegas foi espontâneo, fazíamos primeiro e depois refletíamos a respeito. Não paramos para pensar: vamos fazer um grupo de música acústica. Acontece que eu tocava violão, o Kleiton tocava violino, outro tocava percussão, e assim foi, tudo meio ao acaso. A escolha do repertório seguiu o mesmo processo. Fazíamos e víamos o resultado: "Olha que interessante, cantamos uma música como *Amargo*, do Lupicínio, e as pessoas gostaram".

Kleiton – A experiência de cantar músicas gauchescas no meio de um show de música popular poderia ter sido rejeitada, mas começamos a nos dar conta de que tínhamos descoberto algo que era bem aceito. Então fomos mais ou menos envolvidos. Os amigos, o público, os jornalistas, nos diziam: "Pô, que legal essa onda, que interessante isso que vocês estão fazendo". Então nos demos conta de que estávamos mexendo em uma coisa muito mais séria do que simplesmente o prazer de cantar e se divertir. Era algo acima de nós, estávamos recebendo um presente.

Kledir – E aí encontramos um Fogaça que aparece com uma música como *Vento Negro*, praticamente uma milonga. Começamos a encontrar identidades em outros compositores, como Bebeto Alves, que aparece com uma milonga maravilhosa, *Que se Pasa?*. Esses paralelos foram mexendo com todos daquela geração.

Kleiton – Na casa dos Klein, a gente cantava Beatles, mas também Mercedes Sosa, Violeta Parra, Victor Jara, os caras de esquerda da América Latina. E samba, Noel Rosa era cultuado na turma. Mas como estávamos encontrando uma identidade, e o samba não passava muito por aqui, ficou por lá.

JU – Resumindo: grupo definido com vocês mais Kiko, Gilnei e Pery, e identidade descoberta, o Almôndegas estoura com o primeiro disco, no início de 75. Logo vem o segundo, com Pery substituído por João Baptista. E em 77, com Zé Flávio no lugar de Kiko, vocês decidem se mudar para o Rio. Foi um baque semelhante ao da mudança de Pelotas para Porto Alegre?

CULTURA

KLEITON E KLEDIR

No show do Projeto Cultural UFRGS/ Unisinos, em dezembro de 2002, parte do grupo Almôndegas voltou a tocar junto depois de 25 anos. A partir da esquerda: Zé Flávio, Kledir Pery e Kleiton

"Os gaúchos às vezes brigam por coisas pequenas, escolhem guerras erradas"

Kledir – Em primeiro lugar, o Almôndegas só foi sucesso no Rio Grande do Sul. Era uma banda desconhecida no resto do Brasil, a não ser por uma música, *Canção da Meia-Noite*, do Zé Flávio, que entrou na trilha da novela Saramandaia e até hoje todo mundo canta junto nos shows. Então, em 77 fomos para o Rio, gravamos mais dois discos que não aconteceram e o grupo terminou. Mas esse início no Rio foi importantíssimo. Morávamos há sete anos em Porto Alegre, dominávamos a cidade, fazíamos sucesso. Voltava a velha história do guri que quer ir para a cidade grande. Precisávamos ir para o Rio. E o processo se repetiu. A cidade era muito maior, com muito mais ofertas. Engraçado é que, no Rio, as pessoas falavam muito de Nova York. Pensei: será que isso não tem fim, vai parar quando? Tanto, que quando terminou o Almôndegas em fui para Nova York, sozinho, e fiquei lá dois meses. Mas apesar de adorar a cidade, vi que minha história estava no Rio. Voltei e aí começamos a dupla.

JU – Resumindo de novo: a dupla estréia em 79 no festival da TV Tupi com *Maria Fumaça* e logo entra no Projeto Pixinguinha, ao lado do MPB-4, que estava estourado com *Vira Virou*, do Kleiton. O primeiro disco sai em 8p0, mas o sucesso nacional mesmo se dá com o segundo, de 81, que muitos consideram o melhor disco de vocês, puxado por *Deu Pra Ti*. Como nasceu essa música?

Kledir – Da saudade. Pra mim, *Deu Pra Ti* é uma espécie de canção de exílio. Existia toda uma nova efervescência em Porto Alegre, e a gente longe. Eu tinha uma namorada que morava em Porto Alegre e quando ia para o Rio me levava as notícias. A música inclusive é dedicada a ela e àquela efervescência, citando no encarte do disco a peça *School's Out* e o filme *Deu Pra ti Anos 70*. Mas o que quero dizer é que, quando morávamos em Porto Alegre, estávamos no âmbito gaúcho. Sair de Pelotas para a capital não muda muito a coisa nesse sentido. Já no Rio encontramos outro povo, outras pessoas, outra maneira de pensar, de se comportar, outra história. Com o sucesso, começamos a viajar pelo país. E quanto mais conhecíamos outros povos, passamos a ter uma consciência cada vez mais forte de que éramos gaúchos. Antes nunca tínhamos nos confrontado com essas diferenças. É aí que começa outra fase de nossa vida, a de ser gaúchos vivendo fora do Rio Grande do Sul.

Kleiton – Acabei lendo *O Tempo e o Vento*, no Rio.

Kledir – E eu comecei a compor milongas. Com a ida para o Rio começa aquele processo de nos darmos conta de quem éramos. Não é que desgostássemos do jeito de ser das pessoas de lá, mas éramos diferentes. E gostávamos de ser como éramos, começamos a nos orgulhar disso.

JU – Só que vocês também já não eram mais os mesmos...

Kleiton – Entre a ida do Almôndegas para o Rio, até o *Deu Pra Ti*, foi um processo pesado. A mudança de Pelotas para Porto Alegre também foi, já falei de meus problemas emocionais. Mas a ida para o Rio foi um negócio muito mais violento. Tanto que o Almôndegas, um trabalho de muitos anos, acabou. Os primeiros anos de Almôndegas no Rio foram um período de aprendizado duro, porque nos encontramos não só com um povo diferente, mas com profissionais que não conhecíamos – não sabíamos como agir, não sabíamos qual era a deles. Todo mundo no Rio entende de tudo, e desses "entendidos" apareceram uns 500 na nossa vida.

JU – Aqui vocês conheciam a aldeia, lá era a competição.

Kleiton – A competição com pessoas diferentes. Com o fim do Almôndegas, voltei para Porto Alegre, onde fiquei um ano. E o Kledir continuou lá. Depois, a época da *Maria Fumaça*, em 79, poderia também ser o fim de tudo. Uma das questões cruciais para que nossa vida desse certo foi o ingresso na gravadora Ariola, que estava chegando ao Brasil com muita força. Éramos os novatos no meio das contratações de Chico Buarque, Milton Nascimento, MPB-4 e outros grandes, entramos de carona nessa história. Mas, enfim, *Deu Pra Ti* foi o ápice de um processo que começou com a ida dos Almôndegas para o Rio. Antes tinha sido muito sobe-e-desce, perde aqui, ganha ali, com a gente sendo roubada, explorada por alguns empresários sacanas. Entramos para a Ariola e tal, gravamos o primeiro disco como dupla, só que até chegar ao sucesso de *Deu Pra Ti* vivemos em uma área de risco. Aí coincidiu com uma onda gaúcha acontecendo, Brizola, Xuxa erestourada na TV e tal. E *Deu Pra Ti* consolidou a nossa estrada. Quando fizemos essa música acho que havia em nosso subconsciente um processo de perceber que era um momento de definição: *Deu Pra Ti* existe, Rio Grande do Sul existe, Porto Alegre existe, Kleiton & Kledir existem.

Kledir – Nós sempre quisemos fazer uma música gaúcha contemporânea. Uma música como *Maria Fumaça* é muito próxima da coisa mais gaudéria, tradicional. Já *Deu Pra Ti* avança. Na trilha aberta por anteriores como *Fonte da Saudade*, como *Paixão*. Dizemos que elas são músicas irmãs.

> ***"Na época em que a dupla se separou, qualquer gravadora corria atrás de nós. Depois, o processo se inverteu: nós é que passamos a correr atrás delas. Quem manda nas gravadoras, hoje, é o departamento de marketing."***

JU – Você hoje têm mais tempo de vida no Rio do que em Pelotas e Porto Alegre. Em que medida ainda se sentem gaúchos?

Kleiton – A única coisa que mudou é que hoje eu falo "você", não falo mais "tu". Por causa dos meus filhos e dos motoristas de táxi... O Rio é uma cidade que não destrói a identidade das pessoas, é muito grande e muito cosmopolita. Em Paris, onde morei, o processo é semelhante. A gente vê mais pessoas de fora que parisienses, e cada uma mantém incólume a sua origem. No Rio, sempre me senti gaúcho e as pessoas até hoje me chamam de gaúcho em todos os lugares, pela maneira de falar, pelo sotaque que permanece praticamente inalterado.

Kledir – A cidade te respeita, te permite ser, assim como os baianos que vivem lá continuam sendo baianos. Vivo no Rio há 25 anos, as pessoas convivem lá comigo há 25 anos, e ainda acham que eu moro em Porto Alegre! É muito louco isso. Gente que sabe que eu moro no Rio, sabe onde é minha casa. Outro dia encontrei o Lulu Santos e ele me disse: "Acabei de chegar de lá, fiz um show em Porto Alegre". Agora, vindo para Porto Alegre, encontrei no avião a Isabel, do vôlei. E ela: "Oi, tudo bem, tá voltando pra casa?" (Risos). As pessoas acham que a gente mora aqui...

JU – Quanto de gaúcho ainda há em vocês?

Kledir – Sou 100% gaúcho. Tomo chimarrão todo dia, por exemplo. Mas sou um gaúcho diferente daquele que vive no Rio Grande do Sul. E para um gaúcho que mora aqui, às vezes é difícil entender isso. Costumo conversar sobre esse assunto com gaúchos que vivem fora. É impressionante a quantidade dos que vivem em outros estados e colam com orgulho a bandeira do Rio Grande da bunda do carro... Nenhum outro povo faz isso no Brasil. Agora, em que pontos sou hoje diferente? Acho que nós temos um espírito belicoso. Por um lado é positivo, somos um povo de briga. Mas muitas vezes brigamos por coisas desnecessárias, brigamos muito entre nós mesmos, e isso é uma merda. Acontece na política, no futebol... Vejo gremistas e colorados brigando de uma maneira estúpida. Sou colorado doente, mas quando o Grêmio representa o Rio Grande, torço pro Grêmio! Agora, só aprendi a torcer pelo Grêmio quando saí do Rio Grande.

JU – Tu achas que um vascaíno vai torcer para o Flamengo?

Kledir – Se sair do Rio, vai torcer.

JU – Vocês conseguem ter uma visão de fora. Mas a questão da identidade gaúcha é mesmo intrigante. Talvez nenhum outro estado tenha tanta necessidade de ficar eternamente pensando sobre si próprio...

Kledir – Os nordestinos também refletem muito sobre a cultura deles, mas acho que este nosso espírito belicoso, de muitas vezes escolher as guerras erradas, é que não está certo. Na política, o antipetismo, por exemplo. Certas coisas que são boas para o estado, são boas para o estado. O que as pessoas não conseguem entender é que os gaúchos têm muito mais semelhanças que diferenças. Então precisam sair um pouco, para se verem de fora.

JU – Uma coisa que nunca foi bem explicada é porque a dupla se separou, no fim dos anos 80.

Kledir – Algumas pessoas não se dão contam de que somos irmãos e passamos a vida inteira juntos. Tivemos muitos anos como grupo e depois outros tantos como dupla, sempre na estrada, e aquilo era muito desgastante. Chegou um momento em que nos sentimos cansados. Hoje a gente sabe que precisava de férias, tanto do trabalho como um do outro. E também queríamos fazer alguma coisa diferente. Foi o que fizemos, até bater a saudade de voltarmos a fazer música juntos.

Kleiton – Aí nos demos conta de que tínhamos parado há cem anos...

Kledir – Quando voltamos a gravar, o mercado do disco tinha mudado completamente.

JU – Vocês se sentiram deslocados?

Kledir – Encerramos a dupla com um patamar de sucesso grande, com acesso à mídia, às grandes gravadoras, e quando voltamos não existia mais aquilo. Bom, "queremos gravar". Como "queremos gravar"? Não era mais assim. Na época em que paramos qualquer gravadora corria atrás de nós; depois o processo se inverteu, nós é que passamos a correr atrás delas.

Kleiton – Hoje viajamos por todo o Brasil, estivemos duas vezes nos Estados Unidos, fazemos realmente muitos shows. Sempre com um público enorme, formado tanto por pessoas da nossa geração como pelos filhos. Nunca sentimos rejeição, pelo contrário, acho até que nosso público cresceu e continua crescendo. Aí vem isso que o Kledir fala: como está a cabeça das gravadoras, o que as rádios querem tocar, qual a realidade do mercado? Nessa medida é que nos sentimos um pouco fora do esquema.

Kledir – O mercado da música mudou muito. O tempo em que ficamos separados por um lado foi ótimo, pois nos demos conta de que temos que estar juntos – e hoje estamos muito mais felizes juntos do que antes, produzindo mais e melhor. Por outro lado, o mercado mudou e as coisas acontecem cada mais rapidamente. Quando nos separamos, por exemplo, departamento de marketing era uma coisa que não existia nas gravadoras. E hoje o cara do marketing é praticamente o presidente da gravadora. Hoje é primeiro o marketing e depois o artístico.

Kleiton – Mudou muito também o processo de gravação de discos, saímos em um planeta e voltamos em outro.

JU – Kledir Ramil, 49 anos, um casal de filhos...

Kledir – Júlia com 15 e João com 10.

JU – Kleiton, 51 anos e três filhos...

Kleiton – Kamila com 16, Karina com 13 e Kaio com 5.

Kledir – Todos os nomes dos filhos do Kleiton começam com k, foi o único que seguiu a tradição da família...

JU – São cinco carioquinhas. Que tipo de relação têm com a terra de vocês?

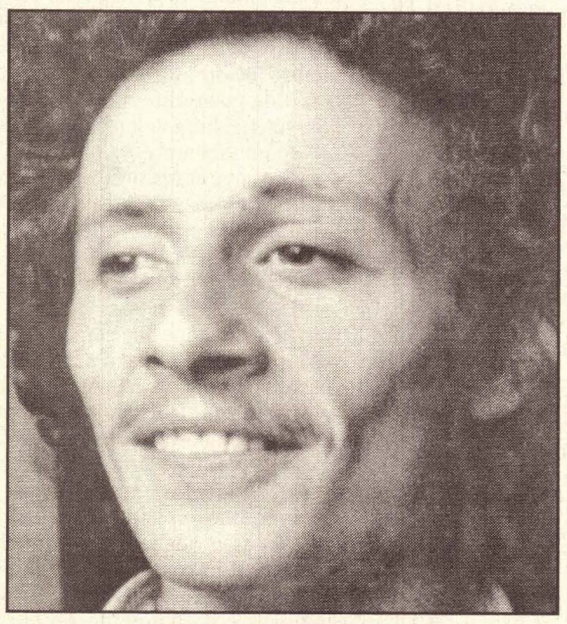
Kledir – A relação é muito pequena, eles não são gaúchos, são cariocas. Para eles o Rio Grande do Sul é o final de ano, é a família do pai, a avó e os primos que moram aqui. Eles adoram vir, têm uma relação muito afetuosa com os primos, mas é aquela coisa de passagem. São cariocas, chiam que nem uma chaleira velha...

JU – Algum mostra tendência musical?

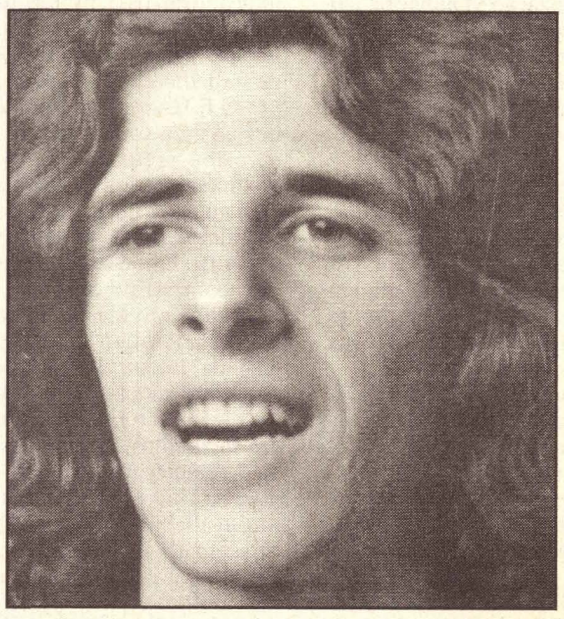
Kleiton – Meus três filhos são bem musicais.

Kledir – A Júlia é ligada na área de teatro e o João é bastante musical. Mas não acredito que possam levar muita coisa da cultura do Rio Grande do Sul.

Kleiton – Se bem que o Kaio adora mate e está esperando que eu leve para ele um kit completo de chimarrão.



Em 1975: Kleiton...



...Kledir...

...e o Almôndegas original, com Pery, Gilnei, Kledir, Kiko e Kleiton

UFRGS UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Jornal da Universidade
Janeiro/Fevereiro de 2003 ■ 12

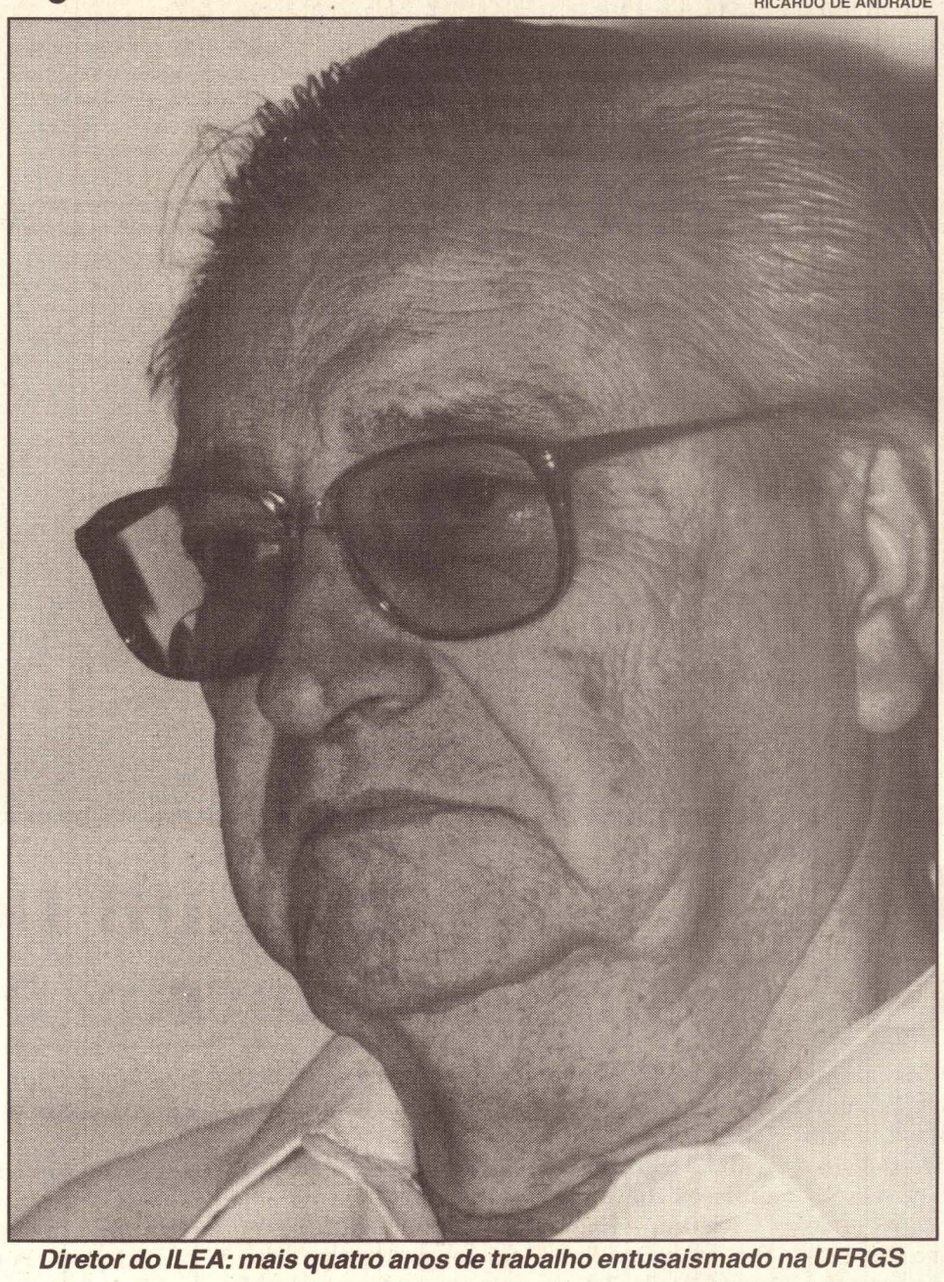
PERFIL

O incansável Eloy Julius Garcia

●ADEMAR VARGAS DE FREITAS
Jornalista

No pequeno escritório ao lado do grande laboratório onde trabalha, no Instituto de Biociências, o professor Eloy Julius Garcia afixou duas frases em alemão, escritas a mão: "Gott schuf die Zeit, von Eile hat er nichts gesagt" ("Deus criou o tempo, da pressa ele não disse nada") e "Achtung, vor Inbertriebnahme des Mundwerks Gehirn enschalten!" ("Atenção, antes de colocar em funcionamento a máquina da boca, ligue o cérebro"). As frases têm tudo a haver com um homem que vem dedicando a vida ao estudo, à pesquisa, ao ensino, e à administração e que no mês passado recebeu o título de professor emérito da UFRGS.

RICARDO DE ANDRADE



Diretor do ILEA: mais quatro anos de trabalho entusaismado na UFRGS

O interesse pelo alemão em alguém que se chama Garcia também se explica: a mãe, descendente de alemães, só falava alemão com ele e fez questão que fosse alfabetizado na língua de Goethe. Eloy Julius Garcia nasceu, em Porto Alegre, no dia 26 de janeiro de 1931, quando os pais moravam na Praça São João, perto do educandário Pão dos Pobres, no início da Praia de Belas. Dali, a família mudou-se para o Cristal, na época, uma zona quase deserta, ponteada de chácaras. Ainda não existia o aterro, onde seria construído o hipódromo, e a praia, bordejada de maricás, não era poluída. Nos dias quentes de verão, os vizinhos se reuniam e iam se refrescar nas águas do Guaíba, que ainda era chamado de rio.

Em 1937, aos seis anos de idade, Eloy foi matriculado na Deutsche Schule, escola alemã na Praia de Belas, onde a professora Leopoldina Kolloch lhe ensinou as primeiras letras (góticas). Mas em 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, o governo ditatorial de Getúlio Vargas proibiu o uso da língua alemã no Brasil, e o colégio foi fechado pela Secretaria da Educação. Eloy foi transferido para o grupo escolar Euclides da Cunha, que funcionava no prédio de uma antiga fazenda na Rua Silveiro, logo acima da Rua Miguel Couto, no Menino Deus.

"Ali tive um período meio que de sofrimento, porque o nível de ensino na escola alemã era melhor e, quando cheguei no grupo escolar, em vez de entrar na terceira série, me colocaram na quarta." Ele conseguia acompanhar o ensino na quarta série, mas não tinha idade para progredir para a quinta. E foi obrigado a repetir a quarta série com a turma de baderneiros que vinha logo atrás.

Do Euclides, Eloy saiu para o Colégio Farroupilha, outra "escola alemã", onde fez o ginásio. Para fazer o clássico teve que mudar outra vez, foi para o Colégio Estadual Júlio de Castilhos. Em 1947, quando estava no segundo ano, Eloy freqüentou também a Escola Técnica de Comércio da Universidade, que funcionava no prédio da Faculdade de Direito. Aprendeu contabilidade para ajudar o pai e para defender uns cobres para si. Foi seu primeiro contato com a UFRGS.

Ele tirou o clássico, com a idéia de fazer direito ou diplomacia, mas por influência de um amigo começou a pender para a medicina. Fez o vestibular, não obteve classificação na Medicina e acabou cursando Farmácia. Nessa época, ele trabalhava na Companhia Telefônica e tinha feito concurso público para escriturário do Tribunal Regional Eleitoral. Esse emprego o sustentou por cinco anos, permitindo que concluísse o curso, em 1952, e começasse a vida de casado com Íria Werlang, uma moça de Santa Cruz do Sul, descendente de alemães.

Um pouco antes, em 1952, a Farmácia se desmembrou da Medicina, e ele, que havia se aproximado, ainda como estudante, do diretor Henrique Oliveira devido ao movimento de autonomia, teve oportunidade de receber treinamento "pós-graduado", considerando as deficiências do curso e suas próprias deficiências. O treinamento foi um estágio no Laboratório Geyer, com o professor Rubem Dantas. Com isso, foi indicado para auxiliar de ensino na Faculdade de Farmácia, disciplina de Farmacognosia.

Em 1954, quando criou-se o Instituto de Pesquisas Biofísicas, foi aproveitado como auxiliar de pesquisa. E teve contato com os rudimentos de biofísica, conduzido pelo professor Casemiro Tondo, primeiro diretor do Instituto. No ano seguinte, quando nasceu o primeiro filho, Eloy deixou o Tribunal Regional Eleitoral, mas desde o ano anterior já estava vinculado à Universidade, como docente.

Em seguida, foi indicado para uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller e passou dois anos (1956 e 1957) no Rio de Janeiro, onde nasceu seu segundo filho. Aí aprendeu metodologia de radioisótopos, ou radionuclídeos, no Instituto de Biofísica, instalado num magnífico prédio com vista para a Praia Vermelha. Desde então, ficou "amarrado à radioatividade".

De volta a Porto Alegre, fez concurso, em 1959, para docente livre de Física Biológica na Faculdade de Medicina. Naquele tempo, não havia pós-graduação estruturada como hoje, e ele estava decidido a chegar à cátedra de Física Biológica, embora não fosse médico. "Havia algumas restrições à minha presença por esse motivo. Tanto que, quando me inscrevi para fazer o concurso, o Conselho Técnico Administrativo da Faculdade chegou a discutir o assunto: como é que esse não-médico está pretendendo se inscrever para docência livre dentro da Faculdade de Medicina? Aceitaram a minha inscrição, mas não foi uma decisão unânime."

Aprovado no concurso de livre docência, foi indicado para uma bolsa da Fundação Rockefeller nos Estados Unidos. E, entre as possibilidades, escolheu a Universidade da Califórnia, em Los Angeles, onde havia um grupo de Medicina Nuclear muito forte. Foi trabalhar com um dos pioneiros dessa especialidade, o professor George Taplin. "Ele reconheceu um pouco daquilo que eu poderia contribuir para o trabalho dele e, ao mesmo tempo, me confiou um laboratório inteiro para que eu pudesse fazer o meu trabalho. Fiquei de 1961 a 1963 no Departamento de Biofísica e Medicina Nuclear da UCLA. Foi um período muito produtivo, dois anos muito ricos para mim e para a minha família, mulher e os dois filhos."

Na volta, continuou sua atividade na Faculdade de Medicina e sugeriu a criação da disciplina de radiofarmácia na Faculdade de Farmácia, com a qual só tinha ligação através do Instituto de Pesquisas Biofísicas, onde já era o pesquisador responsável. Na ocasião, o Conselho Federal de Educação havia incluído no currículo mínimo de Farmácia uma disciplina com o nome de radioquímica. O ensino de radiofarmácia na UFRGS teve início em 1963, ano em que nasceu o terceiro filho. Em 1965, Eloy organizou o primeiro curso latino-americano de radiofarmácia, ainda com o nome de radioquímica, que era o nome da disciplina. E, com auxílio da Capes, trouxe os melhores radiofarmacêuticos do mundo para dar esse curso.

BICATEDRÁTICO

Em 1966, fez o concurso para cátedra de física aplicada à farmácia, na Faculdade de Farmácia, já que a Medicina tinha decidido não abrir concurso ainda. "Entretanto, fui guindado à posição de regente da cátedra por concurso de títulos. Então, fiquei com duas cátedras, uma na Medicina e outra na Farmácia. Portanto, sou um bicatedrático da Universidade."

Em 1967, fez um curso de atualização em medicina nuclear em Montevidéu, dado por integrantes da Agência Internacional de Energia Atômica. Daí resultou a possibilidade de trabalhar dentro do corpo científico da Agência, na Áustria, em 1969. As coisas estavam muito apertadas por aqui, o dinheiro era curto, embora ele trabalhasse na Medicina e na Farmácia da UFRGS, desse aula na Faculdade Católica de Medicina e, nos fins de semana, na Faculdade de Medicina de Pelotas.

Ao mesmo tempo, queria um pouco mais de destaque. Além disso, Viena era uma cidade atraente. E ele seguiu de avião com Íria, os três meninos e um contrato inicial por dois anos. Mas, no final do primeiro ano já recebia proposta de extensão do contrato. Não queria, mas acabou aceitando. Ficou cinco anos na Agência, que pela descrição que havia recebido parecia um posto de trabalho científico, mas era um posto muito mais de administração. E foi obrigado a ficar longe do laboratório que tinha à disposição, com auxiliar e tudo. Muito pouco ia lá. E nas vezes em que conseguia chegar quase sempre era interrompido por um telefonema ou para ver outro assunto.

Em compensação, onde houvesse reuniões em sua área de interesse, ele era designado para representar a Agência e participar: veio três vezes à América do Sul, foi duas vezes aos Estados Unidos, participou de reuniões na Organização Mundial da Saúde, em Genebra, na Suíça, organizou simpósios na Turquia e na Dinamarca, participou de cursos na Holanda e entrou em contato com um grupo muito grande de cientistas. "Eu estava com a cabeça na fronteira do conhecimento."

Também foi encarregado do programa para desenvolver técnicas de radioimunoensaio nos países em desenvolvimento. "Foi um período muito rico, tive contato com grupos de pesquisa de toda a parte, praticamente: Coréia do Sul, Vietnam, Cingapura, Malásia e outros países da Ásia e da África, a América do Sul toda.

Quando retornaram a Porto Alegre, Eloy e Íria traziam mais um filho, o quarto, e uma visão de mundo ampliada. Eloy procurou transplantar esses conhecimentos para o ambiente da Universidade. "A Agência me deu um projeto de assistência técnica no valor de quase 100 mil dólares, entre equipamentos e técnicos; um professor polonês veio nos visitar e ficou seis meses trabalhando no desenvolvimento daquelas técnicas de radioimunoensaio. Foi um período muito bom."

Em seguida, foi convidado a chefiar o Departamento de Fisiologia, Farmacologia e Biofísica, de onde saiu para assumir a vice-direção do Instituto de Biociências, e depois a direção. Então, participou do grupo que armou a chapa vitoriosa para a Reitoria. O mais votado foi o professor Ferraz, porém o nomeado foi o professor Earle Macarthy, que o convidou a assumir a Pró-reitoria de Graduação, onde ficou durante quatro anos. "Lecionei e pesquisei o quanto consegui, mas foi difícil conciliar."

A volta às atividades de ensino e pesquisa ocorreu sem incidantes, marcada pelo desenvolvimento de um grupo interessado na aplicação de anticorpos monoclonais e o início de uma colaboração com a Universidade de Alberta, em Edmonton, no Canadá. Em 1989-1990 esteve acompanhando a bolsa-sanduíche de sua mulher em Birmingham, Inglaterra. Aproveitou a ocasião para um estágio no Departamento de Imunologia onde se aprofundou nas técnicas de purificação e utilização daqueles anticorpos.

Dessa atividade resultou a criação do Laboratório de Imunotraçadores, localizado no Centro de Biotecnologia da UFRGS, a convite do então diretor Diógenes Santos. Nesse período, teve o apoio e a colaboração dos colegas Aida Muradás e Norberto Baldauf, além de vários estudantes de graduação, entre eles, o médico Fernando Kreutz, que hoje dirige a empresa FK Biotecnologia.

Há 13 anos Eloy teve um infarto, e a junta médica queria que se aposentasse, mas ele recusou. Só se aposentou, forçado, aos 70 anos, mas continuou em atividade. "Sou muito feliz com a minha carreira, não me sinto terminado." Em 1994, indicado pelo reitor Hélgio Trindade, juntamente com os professores Jorge Vilwock e Antonio Lanna, participou da primeira diretoria da Faurgs (Fundação de Apoio à UFRGS), com mandato de dois anos.

Nessa época deu-se a transferência do Departamento de Biofísica para o Campus do Vale, para prédio ao lado do Centro de Biotecnologia, permitindo então a fixação de atividades em um só local. Interessado na problemática do novo Instituto de Biociências, do qual se separaram os departamentos que hoje constituem o Instituto de Ciências Básicas da Saúde, candidatou-se a um novo mandato de diretor, tendo sido eleito para o período 1997-2001. Ao concluir o mandato em junho, já estava aposentado compulsoriamente.

Com a concordância de seus colegas de departamento, ele continua em atividade, especialmente no Laboraório de Radioanálise, que presta serviço a empresas de exportação de alimentos. No dia 19 de dezembro, indicado em lista tríplice, foi nomeado diretor do ILEA (Instituto Latino-americano de Estudos Avançados). São mais quatro anos de trabalho entusiasmado.

"O ILEA tem predominância de atividades na área social, política e ambiental, e eu estou pretendendo levar para lá grupos interessados na área biológica, medicina nuclear, farmácia e assim por diante." Este ano o professor Eloy vai promover um curso latino-americano de radiofarmácia no ambiente do ILEA. Já tem até professores convidados: uma professora da Turquia, Perihan Ünak, e um professor do Canadá, Leonard Wiebe.

Outra emoção muito grande pare ele foi ter recebido o título de professor emérito, em dezembro do ano passado. "Na ocasião, relembraram fatos da minha trajetória aqui na Universidade. Eu realmente fiquei muito abalado com essa homenagem, tive dificuldade para responder porque fiquei com a voz embargada, quase chorei. Minha mulher e meus quatro filhos estavam presentes."

"É preciso tirar proveito do avanço da ciência"

O professor Eloy Julius Garcia considera que o avanço verificado em todas as áreas da ciência durante o século XX corresponde a todo o avanço ocorrido antes. E é preciso saber aproveitar esse conhecimento, que vai continuar vindo, abrir espaço para o aproveitamento disso tudo em benefício da humanidade. Nos últimos 50 anos, o setor da radioatividade, por exemplo, passou por uma grande evolução, assim como a medicina nuclear.

Eloy é testemunha da evolução da medicina nuclear, que passou duma época em que se mapeava a tireóide para ver se havia algum nódulo frio ou quente, indicativo da possibilidade de algum tumor ou deficiência funcional localizada, para uma época em que se faz o mapeamento do corpo inteiro do indivíduo com uma precisão muito grande.

"Mais recentemente – relata o professor – chegamos à possibilidade de localizar zonas em operação no organismo, através da técnica de tomografia por emissão de pósitons (PET). No cérebro, por exemplo, podem ser localizadas pelo acúmulo de glicose as regiões em maior atividade, em determinado momento, sob o estímulo de uma visão ou por um toque. É possível localizar a zona que está em operação naquele momento, através do PET, usando uma molécula de glicose marcada com flúor 18, que emite pósitrons que sofrem aniquilação em contacto com eletrons, daí resultando um par de raios eletromagnéticos de energia definida, 0,511 Mev, detectáveis com precisão."

As aplicações de radionuclídeos na biologia e na medicina se dividem convencionalmente em dois grandes campos. Um deles é a aplicação *in vivo*, quer dizer, aplica-se a substância radioativa no organismo vivo, num animal de experimentação ou no próprio homem, dividindo-se, por sua vez, em aplicações diagnósticas e terapêuticas. E o outro é a aplicação *in vitro*, em que se usam reagentes radioativos para a realização de determinados tipos de análise, especialmente no campo da análise clínica.

Hoje, Eloy dedica o tempo de que dispõe fora do laboratório ao desenvolvimento da radiofarmácia e da medicina nuclear. "A experimentação em rádiofarmácia é um outro meio de desenvolver a medicina nuclear, sem depender de equipamento sofisticado e caro. Na medicina nuclear, o equipamento também evolui muito rapidamente, atrelado ao desenvolvimento da informática. Mas a parte essencial da medicina nuclear é o radiofármaco, que, num país como o nosso, pode ser desenvolvida vantajosamente com um mínimo de equipamentos."

A análise clínica tem uma parte em que se empregam esses reagentes radioativos numa técnica chamada de radioimunoensaio. Se usam anticorpos preparados contra antígenos, que são hormônios, vitaminas, drogas. Se pode detectar a presença de quantidades muito pequenas desses antígenos com o uso dos hormônios ou vitaminas marcados radioativamente, por associação com esses anticorpos que buscam ativamente a agregação (reação antígeno-anticorpo).

Na fase de treinamento no Laboratório Geyer (1953-1954), Eloy gastou uma boa parte do tempo aprendendo técnicas de determinação de hormônios, hormônios sexuais, hormônios vinculados ao processo da gravidez, para detectar o estágio de andamento de uma gravidez difícil. "Então, se trabalhava com urina de 24 horas, e desta urina se extraía o hormônio, usando solventes orgânicos, éter, tolueno etc. Aí se purificava o hormônio e se determinava a quantidade excretada pela mulher em 24 horas. Essa quantidade era expressa numa unidade chamada *gama*, que representa microgramas, ou seja 10^{-6} do grama, ou 10^{-9} do quilograma."

Este era o nível de detecção daquelas técnicas em 1959, quando, em Nova York, os pesquisadores Salomon Berson e Rosalyn Yalow desenvolveram a técnica do radioimunoensaio, usando anticorpos contra a insulina. Determinavam a insulina sangüínea em níveis muito mais baixos do que aqueles que era possível determinar pela técnica usual, biológica.

O uso e o desenvolvimento desse radioimunoensaio permitiu que, de um nível de 10^{-6} gramas, a gente passasse a detectar quantidades da ordem de 10^{-18} gramas, ou seja, um aumento da sensibilidade da técnica de um trilhão de vezes. Só foi possível alcançar esse progresso mediante o uso de substâncias radioativas.

LÍNGUA PROIBIDA

"Usei pouco a língua alemã na minha formação, mas o fato de ter crescido como bilíngüe me tornou capaz de assimilar outras línguas estrangeiras. Hoje falo bem o português, o inglês, o espanhol, um pouco de francês e um pouco de alemão. Estou convencido de que falar bem outras línguas é uma questão de musculatura do aparelho fonador. Eu tive essa facilidade. E também, a habilidade de comparar a estrutura das palavras de um idioma para outro e com isso ganhar acesso a outras línguas. Também estudei latim nos quatro anos do ginásio, no Colégio Farroupilha, e nos três anos do clássico, no Júlio de Castilhos, com o José Lodeiro, que era o grande professor de latim da época."

MAIS JUDEU, IMPOSSÍVEL

"Às vezes, as pessoas pensam que Julius é nome próprio, mas de fato é um sobrenome de família judia-alemã. Meu avô, pai da minha mãe, era filho de um Simon Julius e de uma Adélia Goldschmitt. Mais judeu que isso, impossível. Mas Adélia morreu cedo e Simon casou-se com uma protestante, que resolveu que toda a família devia ser protestante. Com isso se perdeu a tradição judaica do lado Julius. Nós só ficamos cientes bem mais tarde. A própria família, na Alemanha, não sabia disso, até a chegada de Hitler ao poder. Aí começou a perseguição e foi complicado para eles. Mas o meu avô já estava no Brasil desde 1890."

A MÃE E O PAI

"Minha mãe, Gertrude Julius Garcia, era filha de Paulo Julius, filho de Simon. Meu avô era confeiteiro, teve uma confeitaria na antiga Rua da Ponte, que agora é Rua Riachuelo. E minha avó, mãe da minha mãe, era da família Schiffner, originária da Áustria. Mas ela vivia na Alemanha de onde migrou para o Brasil, veio morar em Sertão Santana. Meu pai, Álvaro Vizeu Garcia, que era luso, como se diz hoje, não falava alemão e entendia muito pouco. Em casa eu falava alemão com minha mãe e português com meu pai, até os seis anos de idade."

FILHOS E NETOS

"Tenho quatro filhos: o Celso nasceu em Porto Alegre; o Luís, no Rio de Janeiro; o Nelson nasceu em Porto Alegre; e o André, em Viena. Os dois primeiros foram alfabetizados nos Estados Unidos, o terceiro foi alfabetizado na Áustria e o quarto em Porto Alegre. Este só teve a oportunidade de estar no Exterior aos 14 ou 15 anos, quando a minha mulher recebeu uma bolsa para fazer o estudo para sua tese de doutorado, na Inglaterra. Ela é lingüista com doutorado em inglês, na Universidade Federal de Santa Catarina. Tenho cinco netos, duas meninas (Elisa e Luciana) do mais velho, um rapaz do segundo (Rafael) e um casal (Thiago e Leana) do terceiro. O quarto ainda não se mexeu."

FIEL À UFRGS

"Um professor pode chegar ao final da carreira satisfeito na medida em que dedicou honestamente seu esforço à Universidade. Isso é uma tranqüilidade que eu levo. Fui fiel à Universidade. Poderia ter ficado no Rio de Janeiro, em 1958. Não quis. Poderia ter ficado na Califórnia em 1963. Não quis. Houve propostas para tornar o meu contrato permanente em Viena. Também não quis. Acho que demonstração de fidelidade não faltou."

INTEGRADOS

"Tive as melhores experiência em viver no Exterior pela adaptação de que a minha família foi capaz. Nos integrávamos muito bem no ambiente. Minha mulher, por exemplo, sempre teve destaque nos meios acadêmicos em que eu estava. Na Califórnia, presidiu um comitê de recepção a estudantes estrangeiros. Em Viena foi vice-presidente de uma comissão das mulheres das agências internacionais. Quando estávamos na Áustria, saíamos de carro nos finais de semana, a visitar as regiões campesinas e os Alpes. Eles esquiavam, eu não me arriscava."

DOUTRINA SECRETA

"Casei com uma lingüista. Coincidência? Não, eu acredito que tudo é armado lá em cima. Sou espiritualista, creio em reencarnação desde pequeno. Lá no Cristal, morávamos perto da família de Conrado Ferrari, que foi diretor da Administração Central da UFRGS na gestão do reitor Elyseu Paglioli. Fui amigo de infância do filho dele, o Carlos Augusto Ferrari, e através dessa relação fui sendo exposto aos temas do espiritismo. Quando eu estava com 14 anos, *seo* Conrado me emprestou o livro *Depois da Morte*, de Leon Denis. Esse livro trazia uma revisão de toda a doutrina secreta antiga e da doutrina espírita."

CORPOS ESPIRITUAIS

"Há uns cinco ou seis anos, participo de dois grupos de atendimento na Casa do Jardim, entidade espírita assistencial na Rua Beck, no Menino Deus. Praticamos uma técnica relativamente nova de atendimento, chamada apometria, que faz o desdobramento dos corpos espirituais da pessoa para analisar problemas localizados. Tudo o que acontece no corpo da gente está refletido nesses corpos. Não sou médium vidente, mas as pessoas que me acompanham nesses grupos percebem essas coisas e as identificam para mim. Tentamos corrigir essas deformidades com o auxílio das forças espirituais."

VIDAS PASSADAS

"Os fatos da nossa vida são decididos por nós mesmos na etapa que precede o nascimento. Aí se faz o planejamento antes mesmo da concepção. Acredito que a gente busca afinidades familiares anteriores, escolhe ter como companheiros de vida certas pessoas, ou tem algum problema para resgatar com elas e aproveita a ocasião para resolver. Isso explica as afinidades e incompatibilidades que temos com muitas pessoas. Toda a vez que encontrar uma dificuldade com outra pessoa, trate de resolver, porque essa é a chance de buscar a paz e a harmonia."